

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Apontamentos de um gênero epistolográfico em *De Officiis III*

Lucas Matheus Caminiti Amaya

2014



Universidade Federal do Rio de Janeiro
Faculdade de Letras
Comissão de Pós-Graduação e Pesquisa

Apontamentos de um gênero epistolográfico em *De Officiis III*

Lucas Matheus Caminiti Amaya

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro como quesito para a obtenção do Título de Mestre em Letras Clássicas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Arlete José Mota

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2014



Universidade Federal do Rio de Janeiro
Faculdade de Letras
Comissão de Pós-Graduação e Pesquisa

Apontamentos de um gênero epistolográfico em *De Officiis III*

Lucas Matheus Caminiti Amaya

Prof^a. Dr^a. Arlete José Mota

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Letras Clássicas.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2014

Orientadora, Prof^a. Dr^a. Arlete José Mota - UFRJ

Prof^a. Dr^a Ana Thereza Basílio Vieira - UFRJ

Prof^a. Dr^a. Mary Kimiko Guimarães Murashima - UERJ

Prof. Dr. Amós Coelho da Silva - UERJ, Suplente

Prof^a. Dr^a Alice da Silva Cunha - UFRJ, Suplente

Aos que comigo erraram, em todos os sentidos.

Agradeço

A minha mãe pelo suporte vitalício;

A minha família pelas lições de vida;

A meus amigos de graduação e de vida, destacadamente André Cruz e Bruna Gaio, por todo suporte emocional e teórico;

A meus professores pedagogos, que me prepararam para tal jornada;

A meus professores do Ensino Básico, por terem me dado o suporte para chegar aqui;

A meus professores do Ensino Superior, por terem me permitido trilhar minhas escolhas;

Aos que não fazem mais parte do meu dia-a-dia, mas deixaram seus rastros no meu presente e seus reflexos em meu futuro;

A meus companheiros músicos por todos os bons momentos;

A meus amigos, Gabriel Pessanha, Rodrigo Guerino, Roberto Barcellos, Tatiany Pessoa (*in memoriam*), Alan Siqueira e todos os outros que têm plena consciência e fé em minha amizade e

em mim, pelo suporte nos momentos difíceis e pela maximização nos momentos de alegria;

A UERJ e seus funcionários pela base acadêmica;

A UFRJ pela oportunidade de continuação;

A minha orientadora, Arlete José Mota, por me aceitar como sou;

A banca por aceitar julgar-me justamente;

A todos que participaram da minha vida em algum momento imemorable, mas definitivo em suas consequências.

“O sol da noite agora está nascendo, alguma coisa está acontecendo. Não dá no rádio, nem está nas bancas de jornais...”.

(Raul Seixas)

Amaya, Lucas Matheus Caminiti

D418am

Apontamentos de um gênero epistolográfico em *De Officiis III* /
Lucas Matheus Caminiti Amaya. - Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

x, 84 f. ; 30 cm.

Orientadora: Arlete José Mota.

Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras
Clássicas, 2014

Bibliografia: f. 80-85.

1. Cícero. *De Officiis Liber III* – Crítica e interpretação. 2. Cícero. *De Officiis Liber III* – Traduções para o Português. 3. Cícero – Biobibliografia. 4. Análise do discurso. 5. Epistolografia. I. Mota, Arlete José. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras. III. Título.

CDD B.875.4

RESUMO

Apontamentos de um gênero epistolográfico em *De Officiis III*

Lucas Amaya

Prof^a. Dr^a. Arlete José Mota

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Letras Clássicas, da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Letras Clássicas.

O estudo da comunicação humana passa sem dúvida pela forma escrita de um diálogo entre pessoas distantes do espaço-tempo, uma epístola - ou carta. Ainda que geralmente seja entendido tal gênero como um turno de uma conversa entre amigos, tal assertiva se demonstra imprecisa e insuficiente para descrever o fazer epistolográfico. O gênero discursivo epistolográfico em si não apresenta, a priori, uma limitação de tema e de etos capazes de preencher suas necessidades semânticas globais. Desta forma, mais do que as *epistolae* de Cícero, claramente epístolas a seus amigos, familiares e colegas políticos e forenses, podemos entender também sua última obra, *De Officiis*, como uma verdadeira epístola, o que alteraria a compreensão da obra e de seu significado intrínseco.

Palavras Chave: Epistolografia, Cícero, *De Officiis*, Análise do Discurso, Gênero Discursivo

ABSTRACT**Apontamentos de um gênero epistolográfico em De Officiis III**

Lucas Amaya

Prof^a. Dr^a. Arlete José Mota

Abstract da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Letras Clássicas, da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Letras Clássicas.

ABSTRACT

The studies of human communication go through, with no doubt, the written of a dialogue between persons distant in the space-time, a epistle - or letter. Although, generally, may such genre be understood as a turn of a conversation among friends, this assertive shows itself imprecise and insufficient to describe o epistolary action. The epistolary discursive genre itself does not show, a priori, a theme limit and an *éthos* capable of fulfill the global semantics. In this way, more than the *Epistolae* from Cicero, obviously epistles to his friends, known persons and political and forensis colleagues, we can see his last work, *De Officiis*, as a true epistle, which conception will change the comprehension about the work and its internal meaning.

Keywords: Epistolography, Cicero, *De Officiis*, Discourse Analysis, Discourse Gender.

Sumário

1. Introdução	12
2. Sobre a vida de Cícero	14
2.1 As obras de Cícero	23
2.1.1 Os discursos forenses e políticos	24
2.1.2 Os trabalhos frutos do <i>Otium Cum Dignitate</i>	29
2.1.3 As epístolas Ciceronianas	34
3. Gênero do Discurso e a Epistolografia Clássica.....	36
3.1 Gêneros Do Discurso	36
3.2 A Epistolografia Clássica enquanto Gênero	39
3.2.1 A questão “emissor - receptor” na epistolografia clássica	42
3.2.2 A <i>Formula Valetudinis</i> e estruturas de coesão epistolográfica.....	45
3.2.3 Uma crítica a Demétrio	48
4. O <i>De Officiis</i> : uma análise epistolar.....	50
4.1 As concepções filosóficas do <i>De Officiis</i>	53
4.2 Traços epistolográficos no <i>De Officiis</i> III	63
4.2.1 A introdução como fórmula e estruturas comuns à epistolografia	63
4.2.2 A estrutura de fechamento no <i>De Officiis</i>	68
4.2.3 A questão do diálogo e a presença da segunda pessoa do singular	70
5. Conclusão	76
6. Referências Bibliográficas	79

1. Introdução

Com a total queda do sistema republicano romano, ainda que em teoria este mesmo só deixasse de existir décadas depois, Marco Túlio Cícero, então maior pensador da política senatorial-consular, vê-se impossibilitado de exercer as funções que outrora lhe eram obrigatórias. Assim, o grande orador se volta, então, à prática do *otium cum dignitate*, produzindo pela primeira vez obras em língua latina e temáticas puramente filosóficas, independentes se originais ou não - boa parte, em verdade, sendo uma adaptação da filosofia grega ao pragmatismo latino.

Desde a década de 50 a.C.¹, quando surge o primeiro triunvirato e Cícero é obrigado a se exilar voluntariamente para que não sofresse punições devido a falta de julgamento no processo que resultou na morte de companheiros de Catilina, ele passa a escrever mais sobre temas teóricos, majoritariamente filosofia e retórica, do que antes - quando a maior parte de suas obras são discursos forenses e políticos. Parte não sobreviveu ao tempo, mas, do que chegou a nós, sem dúvida uma das mais importantes e completas é *De Officiis*, última obra que escreve.

Dividido em três livros e baseado na obra filosófica do estoico Panécio de Rodes, *De Officiis* em seus dois primeiros volumes traz apenas uma tradução ou adaptação dos conceitos do rodiano à realidade romana, enquanto o terceiro livro é uma mistura e aplicação da filosofia estoica e céptica com o pragmatismo do homem romano, portanto, fugindo da abstração do pensamento grego, permitindo a Cícero também apresentar seus próprios *exempla latina* e analisá-los conforme seu próprio juízo e razão. Tal pensamento híbrido se apresenta no livro III, foco desta análise.

O principal objetivo desta pesquisa é, senão, mostrar como a mudança primária de conceituação de gêneros - passando de “manual de moral prática” ou “tratado ético” para “epístola” - pode ajudar-nos a entender melhor tanto o mundo clássico, quanto também a obra em si, que por vezes se torna obscura se analisada de forma equivocada.

¹ Como todo o trabalho trata de um período pré-cristão, evitaremos o uso da sigla a.C., fazendo a distinção com a era cristã, quando necessário, com o oposto, d.C.

Para isso, primeiro se apresenta definições de discurso e gêneros discursivos, partindo das concepções apresentadas por Bakhtin (2006), Foucault (2006, 2008 e 2010), chegando à definição, até então, ulterior sobre Gênero do Discurso, de Maingueneau (1997, 2008 e 2010).

Após isso, se faz necessário apresentar definições clássicas acerca da epistolografia, partindo principalmente de teóricos gregos do período pré-cristão, os quais estariam mais próximos da sociedade de Cícero do que outros que teriam dissertado sobre a mesma temática. De tais teóricos, podemos destacar Demétrio, que disserta sobre estilos de escrita na Grécia e discorre brevemente sobre a epistolografia e os tipos de epístolas que ele reconheceria, cuja definição se choca - de comunicação estrita entre dois ou mais conhecidos com motivação de diminuir a distância entre eles, partindo de um tom amigável - com a prática comum grega, como a do filósofo e professor de retórica Isócrates, que escreve suas obras pedagógicas e filosóficas em formato epistolar e as intitula de epístolas.

Ainda cabe uma análise secundária de trechos específicos da obra que demonstrem traços claros e expressões utilizadas quase que exclusivamente em epístolas clássicas, como a *Formula Valetudinis* e a saudação, além de estruturas sintáticas e semânticas que corroborem para uma leitura dialógica do texto em questão. Desta forma, não iremos considerar apenas o tema da obra em si, mas toda sua construção semântica global que nos permite indicar de forma mais segura de que gênero discursivo trata a obra.

Vale por último ressaltar que não pretendemos esgotar o assunto, mas apontar novos caminhos, conforme as atuais concepções de linguagem, discursividade e as ciências que se relacionam à sociedade e sua correlação com o indivíduo. Não obstante, partimos de textos estabelecidos, e academicamente reconhecidos, pelos comentadores Holden e por Miller (respectivamente Cícero, 1949, e Cícero, 1913), como principais fontes para o texto latino do *De Officiis* III.

2. Sobre a vida de Cícero

Marco Túlio Cícero, nascido em janeiro de 106 em Arpino, foi um dos maiores oradores de seu tempo em Roma e um memorável defensor de sua tão cara *Res Publica Romana*. Viveu durante um período muito conturbado de Roma, mas de grande florescer literário-filosófico, que se deve em parte também a ele mesmo – ao imenso número de obras que escreveu em gêneros distintos.

De sua pequena região já surgira o grande general romano Caio Mário, o qual atingira um nível alto dentro do sistema político romano devido à contenção de revoltas internas. A princípio, a região não era habitada por latinos, mas por volscos e depois samnitas, que foram subjugados no final do século IV pelos habitantes do Lácio, conforme Cornell (1995: 37), “*In the 303 the towns of Trebula Suffenas (Ciciliano), Arpinum (Arpino) and Frusino (Frosinone) was annexed with ciuitas sine suffragio*”². Assim, a priori, os arpininos não teriam os direitos dos cidadãos romanos, da *ciuitas optimo iure*, não podendo se candidatar a cargos públicos, nem votar.

Contudo, o tipo de assimilação romana aplicada aos outros povos itálicos sempre previu um mesmo fator, independente se aliado, sem direitos civis, ou se incorporado, com direitos civis, à *Res Publica*: a preparação de tropas que lutassem por Roma, em troca do apoio para manutenção da aristocracia local, como nos alerta Cornell:

*Rome had concluded permanent treaties with over 150 nominally independent Italian communities, which had either been defeated in war or had voluntarily agreed to become allies. The treaties (foedera) probably differed from one another in detail, but the basic provision common to all of them was the allies' obligation to supply military Rome.*³ (Idem: 365)

² “No ano de 303, as cidades de *Trebula Suffenas* (Ciciliano), *Arpinum* (Arpino), e *Frusino* (Frosinone) foram anexadas com *ciuitas sine suffragio*.”

³ “Roma concluía acordos permanentes com mais de 150 comunidades italianas nominalmente independentes, as quais ou foram derrotadas em guerra ou acordaram voluntariamente em se tornar aliados. Os acordos (*foedera*) provavelmente diferiam entre um e outro em detalhes, mas o ponto comum base em todos era a obrigação dos aliados em fornecer a Roma poder militar.”

E continua (Ibidem: 367), “*In return they received the active co-operation of the ruling classes of the allied states, an arrangement that ensured their continuing loyalty even in time of crises*”⁴. De fato a família de Cícero participava dessa aristocracia privilegiada, como podemos ver pela posição e importância de seu avô, segundo Griffin e Atkins:

*Cicero indicates the time (the end of the second century BC) when this comparison was being made, and the place, for both men were important to his home town of Arpinum. Marius was a native son and M. Aemilius Scaurus, who took an interest in the town, congratulated Cicero's grandfather on his opposition to the introduction of the secret ballot.*⁵ (Cícero, 2011: 30)

Apesar de sua importância avoenga, o pai de Cícero é normalmente tido como alguém fisicamente debilitado. Não há qualquer referência a feitos, salvo levar seus filhos para estudar Retórica e dar-lhes acesso ao *cursus honorum* – o caminho político que prevê o exercício das funções de questor, edil ou tribuno da plebe, pretor (subdivido em *urbanus*, atuante em casos do direito quirinal, *peregrinus*, atuante em casos de direito dos povos, e líderes de outras *quaestiones*, das quais Cícero assumiu a *quaestio de rebus repetundis*), cônsul e censor, além do comum serviço militar (à época não havia militarismo profissional ao longo dos domínios romanos), de forma a serem exercidos de forma gradual pelos homens da elite.

Ainda jovem, Cícero prestou serviços militares em Roma, comandado por Pompeio Estrabão durante a Guerra Civil, e provavelmente conheceu Catilina, além de Pompeu – filho do general responsável e futuro triúmviro. Depois, serviu algum tempo na Campânia, sendo comandado por Sula. Contudo, sempre tentou manter-se afastado das grandes batalhas e procurou asilo nos estudos, como diz Wood (1991: 46), “*During the struggle between Marius and Sulla, and under the regime of Cinna, Cicero prudently refrained from politics and pursued his studies*”⁶.

⁴ “Em retorno eles recebiam a ativa cooperação da classe dominante dos Estados aliados, uma estrutura que garantia sua lealdade mesmo em tempos de crise.”

⁵ “Cícero indica o período (o final do segundo século), quando essa comparação estava sendo feita, e o lugar, pois ambos os homens foram importantes para sua cidade natal. Mário que era um filho nativo e Marcos Emílio Escauro, que teve um interesse na cidade, parabenizava o avô de Cícero por sua oposição ao começo de um sistema eleitoral secreto.”

⁶ “Durante a disputa entre Mário e Sula, e sob o regime de Cina, Cícero prudentemente se afastou da política e se dedicou aos estudos”.

Em sua juventude, afirma a tradição dos estudos clássicos, uma de suas maiores paixões era a poesia. E como o próprio Cícero diz, o poeta grego Aulo Licínio Árquia, cuja defesa foi feita pelo arpinino⁷ quando fora acusado de ter obtido ilegalmente a cidadania romana, foi o seu primeiro professor nas *artibus optimis* (nas excelentes artes) - termo usado por Cícero para fazer referência à Retórica e ao uso refinado da linguagem, incluindo poesia. Em verdade, Cícero também muito produziu em verso uma epopeia chamada *Marius* - sobre o seu conterrâneo general -, também o *De consulatu suo*, do qual nos restam alguns fragmentos, dentre eles o ilustre verso “*Fortunatam natam me consule romam*” (Afortunada Roma, nascida eu cônsul)⁸, além doutro da mesma obra que é citado no *De Officiis I - 77*, “*cedant arma togae, concedat laurea laudi*” (“Que as armas cedam à toga, que a coroa de louros ceda o lugar ao louvor”).

Além disso, segundo Wood (1991: 43), “*Possibly later Cicero read a draft of On the Nature of Things, the finest latin poem to date, making some suggestions to its author, Lucretius*”⁹. Assim, se Lucrécio enquanto poeta, rendeu seu poema a Cícero antes que fosse composto definitivamente e publicado, certamente o fez para que obtivesse como resposta algum comentário, fosse filosófico, fosse poético, de alguém respeitado em ambas as áreas.

Apesar disso, é provável que pouco nos tenha restado de sua obra - muito devido a não apreciação das seguintes gerações romanas para com sua poesia, como podemos atestar através da epigrama 89 de Marcial, livro II, quando diz nos versos 3 e 4:

*Carmina quod scribis Musis et Apolline nullo
laudari debes: hoc Ciceronis habes.*

“Pois escreves poemas às Musas e por nenhum Apolo
Deves ser louvado: isso tens de Cícero.”

Assim, podemos perceber que pouco mais de um século após a morte do arpinino, seu *ingenium* (talento natural) voltado à poesia era tido como nulo, o que nos

⁷ Árquia era acusado de fazer uso dos direitos de um homem romano sem ter a cidadania. Cícero defenderá em obras posteriores que o uso do que a Urbe poderia oferecer era essencial a qualquer bom homem, excetuando classes não civilizadas, como os piratas, e estas deveriam ser banidas.

⁸ Todas as traduções de excertos latinos e outras línguas são de nossa autoria.

⁹ “Possivelmente depois Cícero leu um esboço do “Sobre a Natureza das Coisas”, o melhor poema daquele tempo, fazendo algumas sugestões a seu autor, Lucrécio”.

leva a crer que suas obras em verso não eram apreciadas, nem tidas como fonte de inspiração para as gerações que o sucederam diretamente. Essa é a principal alegação dos críticos para não termos mais de sua poesia.

Já os estudos retóricos ciceronianos começaram sob a tutela de Lúcio Licínio Crasso, que depois se tornaria um personagem em seus diálogos, exatamente por ser considerado um dos maiores oradores de seu tempo. Possivelmente na mesma época que frequentava a casa de Crasso, Cícero começou a tomar as primeiras lições filosóficas e jurídicas, principalmente com Filo de Larissa, um dos líderes da Nova Academia à época e importante filósofo cético, que partiu em direção a Roma para fugir de Mitridates, um tirano da região do Ponto - atual Turquia -, que tentou conquistar toda a Grécia e a península itálica, derrotado consecutivamente por Pompeu em 81 e em 65, em batalhas conhecidas como as segunda e terceira guerras mitridáticas, respectivamente, a ulteriori exilando-se e cometendo suicídio em Ponticapeo - que se localizava onde hoje é a Ucrânia.

Cícero passou a estudar Direito aos 16 anos, sob orientação de Quinto Múcio Cévola - o Áugure. Este seria um personagem comum nas obras do orador, tendo morrido em 85 e quem lhe sucede no dever de ensinar o jovem arpinino é um parente seu, Quinto Cévola, o Pontífice, cônsul em 95 ao lado de Crasso, escritor de importante tratado sobre o Direito Civil Romano. Durante esse período de aprendizagem, Cícero conhece aquele que será seu amigo mais próximo até o final de sua vida, Tito Pompônio, que é posteriormente chamado de Ático, o qual, além das discussões e conversas importantes vistas nas *Epistulae ad Atticum*, também poria suas bibliotecas e seus copistas a serviço de seu amigo orador.

Em sua formação escolar – basicamente literária, retórica e jurídica – Cícero teve um forte contato com diversas escolas filosóficas gregas. Além de seu maior influenciador, o já citado Filo de Larissa, sabemos ele ter tomado lições em residência de Crasso com Diódoto, líder da escola platônica e que deixou ao orador uma grande quantia financeira após morrer em 59, pois o considerava seu maior discípulo, e com o epicurista Fedro, quando fora a Atenas. Quando estudou com estes dois filósofos, fê-lo acompanhado de seu amigo Ático. E um dos últimos que o influenciou foi Apolônio, também chamado de Mólou de Rodas. Cícero ouviu o rodiano primeiro em Roma,

depois em Rodes, onde, de acordo com Fantham (2004) e Kenney (1996), teria aprimorado seu criticismo e se aprofundado em estilística. Plutarco, por outro lado, afirma que Cícero teria estudado Retórica na Grécia e na Ásia, mas disso não podemos ter certeza, uma vez que faltam evidências concretas de que teria ido a alguma região asiática nesta época, quando ainda jovem. Todavia, ele dominava ambas as escolas de oratória, grega e asiática, e fazia uso das mesmas conforme o caso e o júri que lhe fosse apresentado.

Cícero começou sua brilhante carreira jurídica com a defesa de Sexto Roscio Amerino, ainda que não tenha sido seu primeiro caso, em 80, quando tinha apenas 26 anos. Acusado de parricídio, Róscio foi defendido por Cícero, apesar de seu pai ter enriquecido através da ditadura de Sula e das mudanças na redistribuição de terras. E em tal discurso, logo no primeiro parágrafo, podemos ver o próprio orador falando de sua pouca idade e experiência, “*Credo ego vos, iudices, mirari, quid sit, quod, cum tot summi oratores hominesque nobilissimi sedeant, ego potissimum surrexerim, is, qui neque aetate neque ingenio neque auctoritate sim cum his, qui sedeant, comparandus.*” (“Creio eu, ó juízes, que vos admirais o que haveria para que, quando tantos sumos oradores e nobilíssimos homens sentam-se, eu poderosíssimo tiver me levantado, aquele que nem em idade, nem em talento natural, nem em autoridade possa ser comparado com estes que se sentem”).

São poucos os casos nos quais Cícero perdeu um júri. Geralmente pedia para falar por último, pois comumente conseguia esfriar os ânimos do júri como um todo e o levava a considerar as possibilidades apresentadas por ele. Continuou na posição de advogado, por assim dizer, até sua última década de vida. Entre seus casos, sem dúvida os mais importantes tiveram grande papel político, *In Verrem* e *In Catilinam*. Ambos são frutos também da evolução política do arpinino. Não sabemos hoje exatamente como se deu a evolução da cidadania romana aplicada a toda península itálica¹⁰, mas certamente em 80, após o final das guerras civis e as mudanças político-estruturais feitas por Sula, alguns povos itálicos não latinos poderiam se candidatar a cargos públicos.

¹⁰ Alguns autores, como Griffin e Atkins (Cícero, 2011), apontam o ano de 188 para a total cidadania aos habitantes de Arpino. Contudo, não há qualquer evidência que corrobore o estabelecimento preciso de tal data.

Isso permitiu que Cícero, de origem étnica incerta, exercesse os cargos públicos, até o penúltimo possível, o proconsulado.

Depois de um período estudando nas ilhas helênicas, casou-se com uma rica mulher, Terência, e logo teve uma filha, Túlia. Sem dúvida a esposa era mais rica que ele, uma vez que seu dote teria sido de 120 mil sestércios, enquanto a herança da família Cícero não passaria de 90 mil sestércios. Túlia, nascida em 65, é tida como a preferida por Cícero por boa parte dos teóricos, em oposição a seu filho homem, o homônimo paterno Marco Túlio Cícero. Seu relacionamento com os filhos é percebido principalmente por suas cartas: a epístola de consolação que Cícero escreve após a morte de Túlia e as reclamações acerca do comportamento de Marco Túlio, principalmente de seus gastos, além do tratado epistolar *De Officiis* que o tem como destinatário explícito. Mas, de fato, nada podemos afirmar sobre o seu relacionamento com sua esposa e seus filhos antes da década de 40.

Em 75 ele passou a exercer a função de questor na Sicília, para onde não gostaria de ter ido, segundo Plutarco. Parece-nos real a afirmativa, uma vez que ele sai do centro dos acontecimentos políticos e jurídicos, o foro romano. Permaneceu lá até o ano seguinte. Logo depois, em 70, processou o governador da Sicília, Verres, por extorsão – era prática comum o eleito para governador de determinada região, ou algum outro cargo público, recuperar o investido no processo eleitoral através de impostos ou algum outro mecanismo, mas Verres teria ultrapassado um limite aceitável, que não sabemos exatamente qual seria.

Em 69 exerceu a função de edil, quando cuidou dos jogos públicos, cuidadosamente dosando a quantidade de jogos¹¹, para que não fosse acusado de usar a plebe romana como ferramenta política perante o senado – função comum aos *Populares*, que faziam oposição à ala conservadora dos senadores e equestres, os *Optimates*. Os *Populares* costumavam usar a força da plebe contra o senado para aprovar e derrubar propostas de lei, e conseguir condenações ou absolvições. Em ambos os casos, exerceu-os com a menor idade mínima exigida, 31 e 36 anos. Isso certamente deixava os *senatores* apreensivos, já que ele era um *homo nouus*: sem histórico político

¹¹ Competições, em sua maioria de carros ou gladiadores, que homenageavam feitos ou personagens históricas.

romano na família, sem grandes fortunas, de uma *gens* sem longa datação em Roma, uma vez que nem latina era sua origem. Mas Cícero sempre soube manipular a situação em benefício próprio, além de ter em seu favor histórico de seu avô e os estudos com os principais nomes retóricos e políticos da época, o que permitiu também a seu irmão usufruir de diversos cargos públicos e trilhar bem o *cursus honorum*.

Três anos depois assumiu o cargo de pretor em 66, um ano antes de seu irmão exercer a função de edil. E nesta mesma época mostrou sua clara afiliação pelos ideais de seu antigo companheiro de serviço militar, Pompeu, quando produziu o *De imperio Cnaei Pompei ad Quirites*, quando o mesmo foi a leste combater Mitrídates e precisava da aprovação do senado para manter o combate.

Pouco depois Cícero se candidatou a cônsul e concorreu tendo como suporte a teoria polibiana¹² da *Concordia Ordinum* - segundo esta teoria existiria uma harmonia entre as ordens sociais de Roma, no caso entre a plebe, os equestres e os senadores, e haveria permitido em Roma paz interna e organização necessárias para dominar parte considerável do mundo até então conhecido pelos povos indo-europeus -, enquanto um *homo nouus* que resguardaria em si a própria ideia de sua teoria de convivência harmoniosa entre as ordens sociais de Roma. Seu principal rival na eleição foi Lúcio Sérgio Catilina, de uma importante família aristocrata, apoiador da ditadura de Sula e que prometia mudanças em favor da parcela dos cidadãos que se sentiam prejudicados com a falta de um programa agrário mais igualitário e resgatar algumas regiões italianas que haviam sido favorecidas por Sula e logo depois esquecidas de alguma forma.

Em 63, aos 43 anos, Cícero foi cônsul ao lado de Caio Antônio. Derrotara, então, Catilina, a quem acusou de ser um conspirador e estar ligado a piratas e salteadores em geral, de querer derrubar a *Res Publica* e tomar Roma e estabelecer um poder ditatorial. E sobre o seu consulado Cícero até escreveu um grande poema, o já citado *De consulatu suo*, no qual vemos Cícero vangloriar-se através do título de *Pater Patriae*¹³, que recebe por dismantelar a suposta conspiração de Catilina.

¹² Políbio é um historiador grego do século III que escreve a história de Roma pouco depois de vencida a segunda guerra púnica.

¹³ Não há outra evidência da época, se não de Cícero, de que ele recebeu este título do povo ou do senado. Consideramos mais provável que o orador tenha se autointitulado *Pater Patriae*.

Em verdade, não sabemos exatamente o que houve e se houve essa conspiração. Salústio, no *Bellum Catilinae* - também chamado de *De coniuratione Catilinae* -, mostra que não era apenas simples tomada de poder, mas um resultado das crises que abalavam Roma, principalmente a questão da divisão de terras e a sua transformação em espólios aos veteranos. Além disso, não aconteceu um julgamento e sentenças efetivas, pois Cícero conseguiu somente uma permissão para que fossem assassinados os comparsas de Catilina e para persegui-lo até regiões da Etrúria, onde este morreu em combate.

Logo após o final de seu mandato, a carreira política de Cícero começou a decair, muito devido aos acontecimentos políticos posteriores. Em 62 Pompeu voltou vencedor da batalha contra Mitrídates e começou a articular alianças políticas com Caio Júlio César e Marcos Licínio Crasso. Juntos os três formariam o primeiro triunvirato: seriam cônsules em sequência e depois procônsules, usando os cargos para legislar de forma a que se mantivessem no poder dominando em boa parte do território romano.

Mais que isso, em 61 Públio Clódio Pulcro aprovou uma lei – a *Lex Clodiae* – que previa o exílio daqueles que causassem a morte de cidadãos romanos sem um julgamento e sentença antes, provavelmente já para atingir Cícero, sendo uma possível vingança dos que simpatizavam com as ideias de Sula e de Catilina. O grande orador então se exilou, por vontade própria, em Dirráquio, no ano de 58. E só volta a Roma em 57, aproximadamente um ano e meio depois.

Após César rumar à guerra contra os gauleses e Pompeu assumir o consulado junto a Crasso em 55, estes cônsules estabeleceram para si não um ano de poder máximo, como era usual, mas cinco anos e renovaram o poder de César, na Gália. Neste mesmo período começou a produção filosófica e teórico-retórica de Cícero – ainda que já tivera escrito algumas obras que se encaixam nestes gêneros, como o *De Inventione*. Mas em 54, Crasso foi à Síria lutar contra os partas, sendo morto no ano seguinte.

Entre 54 e 53, Cícero foi eleito áugure, substituindo Crasso. Voltou, então, o arpinino a um cargo de poder. Três anos depois, ele recebeu o título de procônsul e atingiu o status de *senator*, conforme lei de Sula que dava ao procônsul de origem equestre o poder e importância social da ordem senatorial por 20 anos, não menos do que a expectativa de vida de um romano, aproximadamente – 46 anos era a idade

mínima para assumir o cargo de cônsul - regularmente anual -, resultando, a priori, no status de *senator* até os 67 anos. É então designado como governador da Sicília.

Em 49 começou uma nova guerra civil, agora entre César e Pompeu, e Cícero ficou ao lado de Pompeu, fugindo com outros senadores em direção a Épiro, mas não presenciou a batalha da Farsália. Morto Pompeu, César se tornou *Dictator perpetuus*, perdendo uma série de senadores filiados aos ideais de Pompeu, incluindo Cícero, com quem, mesmo não tendo igual posicionamento político, sempre manteve uma linha de respeito e comunicação, aparentemente de forma recíproca, inclusive havendo elogios de ambas as partes.

Cícero escreveu muitos livros durante a década de 40 com circulações temáticas filosóficas, retóricas e políticas. Segundo Plutarco (1957: 87),

Substituído o antigo govêrno pelo poder de um só homem, Cícero abandonou desde então a vida pública e empregou todo o seu tempo no trato com os moços que desejavam aplicar-se a filosofia. Pertenciam êles às principais famílias de Roma. Cícero reconquistou, por suas frequentes relações com êles, um grande prestígio na cidade. Sua ocupação era compor e traduzir diálogos filosóficos e fazer passar para o latim os têrmos da física e dialética.

Assim, da morte de Pompeu, em 48, até o assassinato de César, em 44, Cícero não se manteve como figura ilustre na política, atuando em apenas alguns poucos casos, principalmente os que envolveriam César e os antigos aliados de Pompeu. Em 46 se separou de Terência e se casou com a jovem Publília - também riquíssima -, da qual se separou poucos meses depois, à mesma época em que perdeu sua filha Túlia, que morrera após dar a luz. No mesmo período, seu filho Marcos foi a regiões helênicas para estudar, onde tomou preferência pela escola peripatética.

Com a morte do ditador em 44, Cícero voltou ao cenário político e tentou impedir que Marco Antônio assumisse o poder sobre o senado, então começou a pronunciar as *Phillippicae*, possivelmente só as cinco primeiras – enquanto as outras nove, num total de 15, foram apenas escritas – e tentou levar o senado a apoiar o jovem Otaviano, em contraposição. Logo, Otaviano, com um grande exército e recursos financeiros de seu tio adotivo, César, fez alianças com Marco Antônio e Lépido, criando o segundo triunvirato. Neste período Cícero, além de continuar escrevendo as *Phillippicae*, ainda escreveu uma de suas principais obras, *De Officiis*, sobre

comportamento moral e prático-político escrita a seu filho, que aparece, numa estrutura epistolar, como destinatário - ainda que o livro III não tenha sido revisado, uma vez que Cícero foi morto por ordem de Antônio antes de poder revisar o texto, enquanto fugia de uma *villa* a outra, no final de 43. Segundo algumas versões mais apaixonadas, como a de Plutarco, Cícero teria oferecido as mãos e a cabeça para que fossem decepadas, o que simbolizava a mão que escrevia e a cabeça que pensava e falava, mostrando que sua importância nunca fora militar, mas literário-política.

2.1 As obras de Cícero

A importância literária de Cícero, conforme Martin e Gaillard,

*Sans doute, de l'image que nous avons de Rome, telle que notre culture nous l'a historiquement transmise. Une image bien idéalisée, peut-être, mais dont l'existence et la permanence sont en soi des faits. Et ces faits sanctionnent la contribution exceptionnelle de notre auteur, en de multiples domaines, à la pensée de son temps. L'homme éloquent, le créateur de la langue philosophique latine, le politicien maladroit dans sa quête d'un équilibre idéal entre tant de forces contradictoires, le théoricien du discours qui moralise l'éloquence, le correspondant témoignant de ses illusions, de ses erreurs, de ses espoirs, tous ces profils de Cicéron épousent les besoins de son siècle.*¹⁴ (1990: 427)

A partir das palavras dos teóricos franceses, podemos ver que as obras de Cícero refletem a nós o que seria a sociedade romana. Ora, de fato, elas não só refletem o seu tempo, como ajudaram a construí-lo e, assim como os outros textos de outros romanos que por ventura não tenham chegado a nós.

As obras ciceronianas podem ser divididas de formas variadas. Mas acreditamos que a hipótese apresentada por Wood (1991: 61), “*Only the most casual treatment of Cicero's social and political thought can afford to neglect the ideas diffused throughout the full range of his many writing: the correspondence, forensic and political orations,*

¹⁴ “Sem dúvida, da imagem que temos de Roma, tal qual nossa cultura nos transmitiu historicamente. Uma imagem bem idealizada, talvez, mas cuja existência e permanência são em si mesmas façanhas. E essas façanhas sancionam a contribuição excepcional de nosso autor, em muitos domínios, ao pensamento de seu tempo. O homem eloquente, o criador da linguagem filosófica latina, o político desajeitado em sua busca pelo equilíbrio ideal entre tantas forças contraditórias, o teórico do discurso que moraliza a eloquência, testemunho ideal de suas ilusões, de seus erros, de suas esperanças, e todos estes perfis de Cícero reúnem as necessidades de seu século”.

the philosophical and rhetorical work”¹⁵, é a melhor forma de organizar os escritos ciceronianos. Assim temos pelo menos uma divisão tripartida: a epistolografia, os discursos - subdivididos em forenses e políticos -, as monografias - subdivididas em retóricas e filosóficas.

Partindo de uma concepção analítica moderna, a divisão seria bem maior. O problema se dá em dividir conforme a noção atual do que seria cada gênero - principalmente no que tange às disciplinas Filosofia e História, que não correspondem aos conceitos romanos. Mas, em verdade, esses dois conceitos englobam toda a subdivisão disciplinar moderna - sociologia, ciência política, geografia, teoria literária, linguística e parte de outras ciências humana. Assim, o uso de proposta de divisão apresentada por Wood é um ponto inicial seguro para que analisemos o legado escrito ciceroniano de forma coesa.

2.1.1 Os discursos forenses e políticos

Fazia parte da vida de um homem da elite romana discursar no foro. Segundo Martin e Gaillard (1990: 427), “*L'éloquence lui a procuré non seulement la possibilité de l'action politique, mais aussi les moyens d'affirmer, par l'écriture, le rayonnement de la personnalité romaine*”¹⁶. Certamente, aqueles que passavam pelo *cursus honorum* deveriam estar acostumados a falar em público apresentando discursos previamente elaborados, principalmente no foro, em causas públicas ou causas privadas e discursos políticos.

E de acordo com Fantham há uma grande literariedade nos discursos do primeiro século antes de nossa era:

The loss of these short works, both personal and propagandist, should not blind us to their consuming interest for the cultured political class of their day. Words were the chief political weapon, outside as inside the Senate house, in written as in spoken advocacy. Indeed, the

15 “Apenas o tratamento mais casual dos pensamentos políticos e sociais pode permitir o negligenciar das ideias difusas por todo seu leque de obras escritas: a correspondência, discursos forenses e políticos, os trabalhos filosóficos e retóricos.”

16 “A eloquência propiciou-lhe não somente a possibilidade de ação política, mas também os meios de se reconhecer, através da escrita, o reflexo da personalidade romana”.

*Romans of all classes borrowed and even distorted literary quotations for political purposes.*¹⁷ (1999: 22)

Cícero iniciou a sua carreira como advogado após um período de estudos retóricos, filosóficos e jurídicos - feitos assim que ele chegou a Roma. O primeiro discurso público que temos do arpinino é o *Pro Publio Quinctio*, ainda que nesse mesmo discurso ele faça referências a casos anteriores, muito provavelmente privados e sem registros escritos. O importante dessa obra é sem dúvida o adversário ciceroniano, Hortênsio, a quem dedicaria uma exortação à Filosofia e à Retórica.

Mas o caso que levaria Cícero ao mais alto nível na jurisprudência romana é sua segunda defesa pública, *Pro Sexto Roscio Amerino*, já citado neste capítulo. Não só pela brilhante defesa, mas principalmente pelo momento político: a autorretirada de Sula e as intensas disputas de poder pelas terras produtivas romanas, entre os seus veteranos e os que haviam perdido suas terras. Cícero, após proferir o *Pro Sex. Roscio* foi a regiões helênicas estudar e em sua volta discursou o seu *Pro Quinto Roscio Comoedo*, que chegou a nós incompleto. Logo ele assumiu a função de questor, e só voltaria a discursar - de acordo com o material que sobreviveu ao tempo - por volta de 72, o *Pro Tullio*, extremamente fragmentado, mas que se refere a uma defesa de um dos clientes de Cícero, num caso envolvendo a posse de escravos e seus valores monetários.

Inegavelmente há um forte laço entre os discursos ciceronianos e o momento político vívido por Roma, como já havia sido o caso de Roscio Amerino, mas em 70, um grande discurso de Cícero é produzido contra um homem em seu exercício político: Caio Verres, governador da Sicília. Primeiro discursou sobre o porquê dele dever ser o acusador de Verres, e não Ceciliano - outro que desejava acusar o governante siciliano pelo mesmo crime -, discurso do qual só temos a *Divinatio*, ainda assim incompleta. Ganho o direito de acusação, foram escritas as famosas *In Verrem*, os discursos ciceronianos contra Verres, acusando-o de extorsão. Nas palavras de Conte:

At the actual trial Cicero did not have a chance to display in its entirety the immense mass of evidence and proof he had collected and

17 “A perda desses pequenos trabalhos, tanto pessoal quanto propagandistas, não deveriam cegar-nos aos seus interesses profundos pela aculturada classe política de seus dias. Palavras são as principais armas políticas, tanto fora quanto dentro do Senado, tanto na advocacia escrita quanto na falada. De fato, os romanos de todas as classes pegavam emprestadas e até distorciam citações literárias em favor de interesses políticos”.

*organized, and he was able to deliver only the first of his actiones in Verrem, since after only a few days Verres, overwhelmed by the accusations, fled from Italy and was sentenced by default.*¹⁸ (1999: 179)

De 70 a 66, Cícero produziu mais alguns discursos públicos - período em que se dedicou também a ser edil. Desse período temos os discursos *Pro Fonteio* (em 69), *Pro Caecina* (em 69 ou 68, não há exatidão na datação), *Pro Cluentio* (em 66). E em 66 ainda ele proferiu outro discurso de grande importância política, o *Pro lege Manilia*, também conhecido como *De imperio Cn. Pompei*. Cícero objetivou neste discurso convencer o senado a dar maiores poderes a Pompeu, com quem já havia servido algumas décadas antes, permitindo que o general fosse combater Mitrídates e garantisse desta forma a cobrança de impostos na zona oriental dos limites de Roma.

Segundo alguns comentadores, no discurso *Pro lege Manilia*, Cícero se aproxima da política dos *populares*, levando a plebe a fazer pressão sobre o senado, pagando as pessoas para que insurgissem no senado a seu favor. Desta forma Cícero atrai para si alguma simpatia por parte dos aliados de Pompeu e de parte dos publicanos - uma parcela dos equestres que mantinha contratos de prestação de serviço com o senado através de companhias criadas entre famílias aliadas, como coleta de impostos, geralmente externas a Roma -, ainda que Cícero nunca tenha demonstrado agregar valor algum para atividades mercantis.

Após ser eleito cônsul, Cícero se viu obrigado a fazer um discurso contra uma proposta de um tribuno da plebe, Rulo, que previa reformas agrárias em Roma. Discursou então o *De lege Agraria*, mostrando sua ligação com os *senatores* em geral, que tinham a maior parte das terras produtivas em território romano. Logo depois, ainda proferiu o *Pro Rabirio Perduellionis Reo*. Segundo Conte (1999: 181), “... and once again took a stand against the popular party, this time in defense of Gaius Rabirius, an

¹⁸ “No atual julgamento, Cícero não teve a chance de mostrar em sua totalidade a imensa massa de evidências e provas que coletara e organizara, e ele só pode apresentar a primeira de suas “ações contra Verres”, uma vez que poucos dias Verres, superado pelas acusações, fugiu da Itália e foi sentenciado à revelia.”.

*aged knight on whom revenge was being taken for deeds of thirty-seven years before, connected to the murder of the seditious tribune Saturninus”*¹⁹.

Todavia, o discurso mais famoso desse período consular ciceroniano é as quatro *Orationes in Catilinam*, contra seu antigo concorrente ao cargo para o qual fora eleito. Cícero acusou Sérgio Lúcio Catilina de planejar uma insurreição contra a *Res Publica*, a qual é idealizada através de uma prosopopeia em tal discurso, tornando-se a pessoa mais importante e que deve ser protegida a todo custo. Apesar de terem sido compostas quatro, sendo duas proferidas no Foro, elas foram publicadas pelo menos dois anos depois do julgamento (Kenney e Clausen, 1996: 77-79).

Entre os dias que duraram o rápido e inacabado julgamento de Catilina, Cícero ainda teve tempo de defender Lúcio Licínio Murena (*Pro Murena*), então candidato a cônsul - donde entendemos que provavelmente Cícero esperava que esse fosse seu sucessor. Murena foi acusado de corrupção nos processos eleitorais. Tal discurso é construído através de ironia e sarcasmo usados pelo grande orador, para desmoralizar o acusante e seu advogado, Sérvio Sulpício Rufo e Catão, o Jovem, respectivamente, criticando as vitórias militares e a falta de conhecimento jurídico de Rufo, e o anacronismo do rigor estoico de Catão. Murena foi absolvido das acusações e exerceu sem maiores problemas o consulado.

Após seu consulado, Cícero se voltou à poesia e escreveu o *De Consulatu Suo*, do qual não temos senão alguns versos. Depois, em 62, defendeu o seu professor de poesia, o poeta grego Aulo Licínio Árquia (*Pro Archia*), que era acusado de gozar da cidadania romana, não sendo um cidadão romano. Também defendeu um parente de Sula, que era acusado de extorsão e corrupção pela segunda vez, Públio Sula (*Pro Sulla*). Em 59 ainda defendeu Lúcio Valério Flaco (*Pro Flacco*), discurso que nos chegou bem fragmentado. Logo em seguida é forçado ao autoexílio, por lei do tribuno Clódio.

Quando voltou, temos registros de algumas obras que Cícero teria feito nesse período, discursos em sua própria defesa. Do *De domo sua* - que fala sobre a usurpação de seus bens e de suas finanças durante seu exílio - temos boa parte e os *Cum senatui*

¹⁹ “... e mais uma vez tomou uma posição contrária à congregação popular, desta vez em defesa de Caio Rabírio, um envelhecido equestre sobre o qual recaía uma vingança por feitos de trinta e sete anos antes, relacionados ao assassinato do tribuno criador de tumultos Saturnino.”

gratias egit e *Cum populo gratias egit*, dos quais não temos, senão, poucos registros. Também em seu favor há o *De Haruspicum responso*, no qual trata da usurpação de suas propriedades imóveis durante seu exílio.

O primeiro processo do qual Cícero participou após sua volta, ao menos do que chegou a nós, é o *Pro Sestio*, no qual o grande orador diz que a teoria que ele defendera poucos anos antes não era mais aplicável a Roma, a *Concordia Ordinum*: era necessário então haver *Consensus Omnium Bonorum*. Essa nova teoria ciceroniana pregava uma divisão não horizontal de ordens sociais, mas uma divisão vertical que desse o poder aos bons - aqueles que, independente de sua posição social, colocariam os interesses da *Res Publica* acima dos seus próprios.

Contudo, no auge do primeiro triunvirato, Cícero defendeu o poder de César sobre as Gálias e também defendeu uma série de pessoas ligadas ao general, como os discursos *Pro Balbo*, *Pro Planco*, *Pro Scauro*, *Pro Rabirio postumo*. Também acusou Pisão, na *Oratio in Pisonem*, que ao lado de Clódio e de turbas, tentou assassinar o genro de César. Isso não quer dizer que Cícero era a favor ou contra o triunvirato, mas tinha interesses políticos na manutenção de César no cargo de cônsul.

Pouco antes de estourar a guerra civil entre César e Pompeu, Cícero proferiu o *Pro Milone*, que não corresponde à obra que chegou até nós. Segundo Conte,

Then in 52 Clodius was killed. Cicero undertook the defense of Milo. The speech is considered one of his masterpieces because of the balance among its parts and his skill in handling the arguments, which are based on the notion of legitimate defense and on the glorification of what he depicted tyrannicide. But in the form in which it is preserved for us it is a radical reworking carried out after the trial. Before the judges Cicero was a colossal disaster (and Milo had to flee into exile) (1999: 184).²⁰

Daí, temos a noção de que nem todos os discursos feitos por Cícero foram vencedores, que houve derrotas grandes e, principalmente, que nem todos os discursos forenses ou políticos que temos foram daquela forma pronunciados. Eram comuns correções e ajustes após o julgamento, para que então fosse publicado o *monumentum*. É

²⁰ “Então em 52 Clódio foi assassinado. Cícero assumiu a defesa de Milão. O discurso é considerado um dos maiores, devido à harmonia entre suas partes e sua habilidade em trabalhar com os argumentos, os quais são baseados na noção de legítima defesa e na glorificação do que estabeleceria tiranicídio. Mas na forma em que está preservado a nós é uma radical reconstrução feita depois do julgamento. Frente aos juízes Cícero foi um desastre colossal (e Milão teve de fugir em exílio).”

no *Pro Milone* também que Cícero apresenta uma teoria que marcaria suas obras posteriores: o tiranicídio, que seria aplicado a César e indiretamente abre a possibilidade de assassinar Marco Antônio.

Quando começou a guerra civil entre César e Pompeu, em 49, Cícero tomou o partido de Pompeu e, quando este foi derrotado, o orador recebeu o perdão de César. Logo, Cícero começou a defender alguns inimigos de César que eram contrários ao governante máximo romano da época, o próprio general. Desta época temos os discursos *Pro Marcello*, *Pro Ligario*, *Pro Rege Deiotaro*, além de alguns outros casos menores, mas que também buscavam o perdão cesariano.

Após a morte do já *Dictator perpetuus*, outro triunvirato começou a se formar e a influência de César foi a unificadora o trio - seu cônsul, seu sobrinho adotivo e seu general. Apesar de Cícero não ter vivenciado o governo deste novo triunvirato, ele tentou de todas as formas retirar Marco Antônio do poder e impedir que este assumisse o papel que César exercera anteriormente. Desta tentativa temos o último grande discurso de Cícero, as *Philippicae* - no modelo que Demóstenes teria feito um discurso contra Felipe II da Macedônia. Das quinze *Philippicae*, apenas as duas primeiras foram seguramente proferidas perante o senado, das outras não podemos ter a mesma certeza.

2.1.2 Os trabalhos frutos do *Otium Cum Dignitate*

Roma até o final da *Res Publica* não tinha uma cultura filosófica escrita, havia poucos tratados sobre Retórica e alguns direcionados a fins pedagógicos, acerca de determinados assuntos, como o *De agri cultura*, de Catão, e algumas obras jurídicas que não chegaram até nossos dias. Efetivamente, Cícero, ao lado de Lucrécio e seu poema *De rerum natura*, é que inicia uma cultura filosófica escrita, ainda que em boa parte não passe de uma transliteração ou adaptação das filosofias gregas à realidade latina.

Antes de analisarmos as obras ciceronianas que tangem a Filosofia e a Retórica, cabe vermos o que seriam tais ciências. A *Philosophia*, termo transliterado do grego, corresponde a quase todo conhecimento sobre o homem e suas ações, incluindo matemática, geografia, estudos linguísticos, teologia, física. Toda produção de conhecimento em si era considerado um fazer filosófico. Segundo Harvey,

No sentido restrito atribuído à palavra na última parte do S. V a.C., ‘filosofia’ significava o empenho em entender e ensinar a maneira de viver bem e sabiamente, que consistia em sustentar opiniões corretas a respeito de Deus, do mundo, do homem da virtude. A filosofia combinava religião, a moral e a metafísica. (1987: 235)

Desta forma, a Filosofia permitia, desde seu início, posições diferentes e até controversas, daí suas variadas escolas: as academias. Se Pitágoras teria sido o primeiro cunhar o termo *philos+sofia*, ou a “comunhão dos conhecimentos”, de fato é a partir de Sócrates - principalmente através de Platão - e Aristóteles que surgem as principais escolas filosóficas que chegaram a Roma ciceroniana: os pitagóricos, filiados às ideias de Pitágoras; os peripatéticos, ligados a Aristóteles; os novos acadêmicos, relativos a Platão; os velhos acadêmicos, liderada por Antíoco; a escola cínica de Diógenes; os epicuristas, tendo como principal nome Epicuro; e os estoicos, iniciados por Zenão.

Quando Cícero começou a escrita filosófica em latim, já eram regulares aos romanos os estudos sobre Filosofia, fosse ao sul da península itálica, fosse através de um escravo grego em função pedagógica. Um dos marcos da presença da Filosofia aos moldes gregos fora o envio em 155 de três embaixadores gregos, líderes de escolas filosóficas, a Roma: o acadêmico Carnéades, o estoico Diógenes e o peripatético Critolau. À mesma época surgiu o círculo dos Cipiões, que se dedicou a promover a cultura grega, através da construção e aumento de bibliotecas, além da importação de filósofos e escritores gregos, chegando Cipião Emiliano a manter como mestres particulares em suas *villae* filósofos importantes como Panécio e Posidônio de Rodas.

Era comum no período final republicano de Roma que os cidadãos das ordens dominantes destinassem um tempo exclusivo aos estudos e à produção intelectual, escrita ou não. A isso davam o nome de *otium cum dignitate* e era prática também que saíssem dos grandes aglomerados e se isolassem em pequenas *villae* para que ouvissem mestres ou se dedicassem a leitura. Cícero, por sua vez, em sua obra *De Officiis* III, liga o *otium cum dignitate* a solidão e a falta de afazeres comuns à vida republicana.

Mas a aplicação do ócio a tal tipo de estudo por vezes era vista de forma não conveniente a um homem da elite romana, como nos alerta Pereira,

Mas aclimatar a filosofia em Roma não era tarefa fácil, a despeito de algumas das figuras mais célebres de então se ligarem facilmente a uma corrente doutrinal. Cícero aproveita os prefácios de suas obras

para se defender de uma possível acusação de que gastava tempo útil com uma tarefa intelectual que o espírito prático dos Romanos encarava como desperdício. (2002: 128-129)

Além de ser o fruto do tempo ausente dos *negotia Rei Publicae*²¹, Cícero deixa claro que o estudo filosófico deve fazer parte da construção pedagógica e moral do homem pertencente às ordens que governavam Roma. Portanto, o conhecimento retórico, filosófico, religioso e jurídico deveria ser comum a todo homem em posição a exercer cargos políticos. Assim, quando Cícero começa a produzir suas obras, ele não pretende somente a reflexão sobre a Filosofia, mas sim uma completa educação filosófica romana em língua latina, ainda que por vezes seja apenas uma tradução do grego.

Não por acaso a maioria das obras voltadas à educação romana tem como personagens e cena o que o próprio Cícero considerava o auge da *Res Publica*, o período entre 130 e 90, que engloba o final do Círculo dos Cipiões e a vivência de seus mestres, Crasso, Marcos Antônio, Estrabão, Lélío, além de outros grandes oradores e estadistas. Tais escolhas certamente não foram ao acaso e representam muito dos ideais ciceronianos que se encontram nestes livros.

O arpinino já provara dessa educação completa nas *villae* de Crasso e posteriormente em Rodes e Atenas. De sua juventude só temos, com certeza de autoria, o *De inventione*, que não sabemos ao certo se teria sido finalizado, mas de fato é contemporâneo a outra obra que por vezes é atribuída a Cícero, o *Rhetorica ad Herennium*, apesar de não termos certeza de quem seria o autor. No *De inventione* é exposta a problemática concernente ao conhecimento do orador e sua aplicabilidade, a necessidade da síntese entre a eloquência e a *sapientia*, demonstrando que a arte do bem falar deve estar sempre unida ao saber do que se fala, rejeitando os belos, mas vazios discursos, assim como os densos, mas áridos.

A mesma temática seria retomada por Cícero anos depois, quando, afastado por vontade própria do meio político durante o primeiro triunvirato, escreveu o *De Oratore* em 55. Baseado nos moldes de diálogos platônicos, o grande orador desenvolveu a obra

²¹ Termo muito usado por Cícero, quando se refere às funções do senador ou equestre romano no foro e no Capitólio de uma forma geral. É na ausência não forçada dessas funções que pode existir o *otium cum dignitate*.

a partir das figuras de três grandes oradores do início do século I, Marcos Antônio, Crasso e Estrabão, ambientando-se os diálogos numa *villa* de Crasso, mas simulando o ambiente ateniense, mais propício à construção do saber filosófico. A obra contextualiza o ano em que Crasso morreu, 91, e tal escolha demonstra o respeito que ele mantinha para com Crasso enquanto orador e propagador da cultura helênica através dos estudos e sua disseminação.

Pouco depois Cícero começou a escrever o *De Republica*, mantendo ainda o modelo de diálogo platônico, entre 54 e 51. Dos livros que compunham tal obra, apenas um restou em bom estado²², o *Somnium Scipionis*. Em princípio, os diálogos se passam numa *villa* de Cipião Emiliano, no ano de 129. Nesta obra é possível ver a influência aristotélica, principalmente sobre as formas de governo existentes e a visão de Cícero sobre como isso teria acontecido em Roma - a mescla entre monarquia, democracia e aristocracia. Segundo Conte,

In the first book Scipio starts from the Aristotelian doctrine of the three fundamental forms of government (monarchy, aristocracy, democracy) and their necessary degeneration into their extremes forms (respectively, tyranny, oligarchy and ochlocracy, or government by 'dregs' of the people). Taking up a theory of the Greek historian Polybius, Scipio shows how the Roman state of their ancestors was saved from the necessary degeneration by tempering the three basic forms: the monarchy element is reflected in the consulship, the aristocracy in the Senate, the democracy in the comitia, or 'assemblies'.²³ (1999: 189)

Em 51 Cícero começou a escrever os cinco livros que comporiam o *De legibus*, cuja publicação é mais provável que se tenha dado póstuma. Ainda conforme os moldes de diálogo platônico, contudo com uma mudança de personagens: não são mais os antigos oradores de início do século, *De legibus* remonta a juventude ciceroniana - ele

²² Vale atentar para o fato de que o último livro, o *Somnium Scipionis*, não estava no manuscrito encontrado na biblioteca do Vaticano. Foi encontrado separadamente em outro manuscrito, praticamente inteiro, como se fosse um livro isolado.

²³ “No primeiro livro, Cipião começa da doutrina aristotélica das três formas fundamentais de governo (monarquia, aristocracia, democracia) e sua necessária degeneração em formas extremas (respectivamente, tirania, oligarquia e oclocracia, ou ser governado por grupos sedimentados no fundo de um pilar social). Tomando a teoria do historiador grego Políbio, Cipião mostra como o Estado Romano de seus ancestrais foi salvo da necessária degeneração pela temperança das três formas básicas: o elemento monárquico é refletido no consulado, a aristocracia no Senado, a democracia nas *comitia*, ou assembleias”.

mesmo sendo um dos personagens, acompanhado de Ático e seu irmão Quinto -, em uma sua terra natal, Arpino.

Logo após começar o *De legibus*, estourou a guerra civil entre Pompeu e César, levando Cícero a abandonar um pouco a sua produção teórica. Quando acabou a guerra e César assumiu o poder sozinho, recomeçou a produção ciceroniana. Em 46 Cícero produziu o *Paradoxa stoicorum*, dedicado a Marco Bruto - que ainda apareceria em outras três obras, todas sobre Retórica. Neste pequeno trabalho, Cícero expõe algumas contradições da escola estoica, e é então que Cícero começa a cunhar alguns termos latinos no campo da filosofia, o que já vinha discutindo com seu amigo Ático em suas epístolas.

Ainda em 46 ele escreveu *Brutus*, um resumo histórico e detalhado sobre as escolas retóricas mais conhecidas em Roma: o aticismo, tendo como figura principal Marco Bruto, e o asianismo, sendo representado por um dos maiores adversários jurídicos de Cícero, Quinto Hortênsio Hortaló. No mesmo ano Cícero também escreveu o *De optimo genere oratorum*, quase que complementar ao *Brutus*. Trata, senão, de dois discursos contrários, um de Demóstenes e um de Ésquino, num mesmo julgamento em Atenas, no ano de 330. Não sabemos ao certo se Cícero traduziu ou emulou ambos discursos, mas é sem dúvida uma homenagem a dois de seus mestres. Também em 46 ele escreveu um pequeno manual ao mesmo Marco Bruto, o *Orator*, onde detalha a função específica do orador e expõe o tripé que o sustentaria: *probare, delectare e flectere* - ou seja, provar sua tese, deleitar os ouvintes e levá-los a abandonar um estado emotivo neutro.

No ano seguinte sua filha morreu o que o levou a escrever um tratado sobre o sofrimento e a perda, *Consolatio*, já perdido; mesmo caso de *Hortensius*, obra exortativa à Filosofia, em homenagem a Hortênsio, que morrera na mesma época. Das obras que chegaram a nós e elaboradas em 45, temos *Academica* - dividida em *priora* e *posteriora* -, na qual discute o conhecimento das coisas humanas a partir do conhecimentos dos estoicos e dos acadêmicos; o *De finibus bonorum et malorum*, também dedicado a Marco Bruto, que trata basicamente da divisão entre o bem e o mal e como é vista essa divisão pelas principais escolas filosóficas gregas, além da opinião do próprio Cícero, que se aproxima da noção estoica da existência de um sumo bem e um sumo mal. Além

dessas, no mesmo ano temos ainda as *Tusculanae disputationes*, não obstante igualmente dedicada a Bruto: tendo como pano de fundo a *villa* ciceroniana de Túsculo, mostra o profundo conhecimento de Cícero sobre os ideais estoicos, principalmente sobre morte, sofrimento, tristeza, turbulência emocional e as virtudes que superam esses problemas. Entre os anos de 45 e 44 o arpinino elaborou o *De natura Deorum*, dividido em três livros e fala a respeito da natureza dos deuses conforme as concepções estoicas e epicuristas sobre o assunto.

Cícero, em 44, continuou a compor obras sobre religião, *De Divinatione* e *De Fato*, que chegaram a nós bem fragmentadas. Segundo Conte (1999: 192), “*The last two are explicitly presented by the author as integral with the first (De natura Deorum) and complementary to it.*”²⁴. Ainda no último ano antes de sua morte, dedicou outra obra a Bruto, *Topica*, sobre os tópicos e assuntos que um grande orador deveria abordar em um discurso, de forma a atingir seus objetivos. E ainda comporia algumas obras menores neste ano, das quais poucas sobreviveram ao tempo, como o *Cato Maior de senectude* e o *Laelius de amicitia*, além dos perdidos *De gloria*, *De virtutibus* e o *De auguriis*. A crítica em geral acredita que essas pequenas obras tratam de uma forma geral sobre a filosofia prática aplicada à vida e aos valores do homem romano.

E seu último escrito antes de morrer, inclusive carente de revisão e lapidação, é o objeto de nosso presente estudo: *De Officiis*. Dividido em três livros e em um formato verdadeiramente epistolar - não sendo apenas uma cenografia epistolográfica -, *Sobre Os Deveres* é em parte uma transliteração das ideias estoicas de Panécio - os dois primeiros livros -, enquanto o último livro, segundo o próprio Cícero, é fruto de seu espírito. Trata, senão, do que seria dos conceitos morais, o Honesto e o Útil, e ulteriormente sobre a possível existência de um embate entre eles.

2.1.3 As epístolas Ciceronianas

Já no mundo antigo a questão do que seria ou não uma epístola é complexa. Segundo Kenney,

²⁴ “As duas últimas são explicitamente apresentadas pelo autor como uma unidade com a primeira e completares a ela”.

The letter became a literary-rhetorical form in the Hellenistic age. Timotheus employed Isocrates to compose his despatches on campaign. Artemo published Alexander's letters. Epicurus, following Plato, used letter form and Isocratean style to embody philosophy. In rhetorical schools models of socially useful letters were purveyed, and imaginary ones from mythical or historical personages composed. Rhetoric came naturally to educated letter-writers. (1996: 73-74)²⁵

Isso deixa claro que, desde o princípio, a carta era mais do que a necessidade comunicativa entre pelo menos duas pessoas distantes entre si. Daí seu nome grego *Επιστολή*, do verbo *Επιστέλλειν*, que traz a noção de comunicação à distância.

Das mãos de Cícero chegou a nós um grande número de epístolas pessoais, modelos de epístolas sociais, além de outras que abordam temáticas específicas e com fins comunicativos não cotidianos - donde nasce esta dissertação. Apesar de ser crível que tenha mantido uma cultura epistolar desde sua juventude, só temos registro dessa modalidade em relação ao arpinino entre 68 e 43: este foi o período no qual o seu escravo, posteriormente liberto, Tirão, compilou e conseguiu publicá-las de uma forma ou de outra: pedindo de volta uma cópia aos destinatários ou guardando uma cópia para si ao escrever e editar as epístolas.

A crítica escolar clássica costuma dividir as epístolas ciceronianas em quatro grupos distintos: *Ad Atticum*, um conjunto que mostra a comunicação interpessoal entre Cícero e possivelmente o seu mais conhecido amigo, Ático; *Ad Quintum*, um grupo de cartas a seu irmão mais novo; *Ad Brutum*, o mesmo Bruto a quem ele tanto direciona nominalmente obras teórico-retóricas; e as *Epistolae ad familiares*, um conjunto mais heterogêneo, misturando epístolas reais e modelos fictícios a serem copiados, com os mais diversos destinatários, como seus filhos, sua esposa e Caio Júlio César, entre outras personalidades da época.

²⁵ “A carta se tornou uma forma retórico-literária no período Helênico. Timóteo contratou Isócrates para compor seus despachos em campanha [militar]. Artemão publicou as cartas de Alexandre. Epicuro, seguindo Platão, usou a forma ‘carta’ e o estilo isocratiano para dar forma à filosofia. Nas escolas retóricas modelos de carta de uso social eram produzidos em larga escala e algumas imaginárias eram compostas a partir de personagens míticos ou históricos. Retórica vinha naturalmente a escritores de cartas educados”.

3. Gênero do Discurso e a Epistolografia Clássica

3.1 Gêneros Do Discurso

Antes de analisarmos o que seria epistolografia na Roma Clássica, cabe observarmos o que é um Gênero do Discurso e como se configuraria a Epistolografia Clássica enquanto Gênero. Parece-nos claro que nenhuma comunicação linguística verbal existe sem uma sociedade prévia donde ela nasce, assim como não existe uma sociedade sem comunicação verbal, independente de escrita - ao menos conforme podemos atestar seguramente. Portanto, sociedade e comunicação linguística verbal são interdependentes: uma língua - pela qual a comunicação é feita - depende de uma comunidade de falantes que construa seus significados e compreenda sua estrutura interna, ao passo que uma sociedade só existe através de uma língua que permita suas instituições - jurídica, religiosa, social etc - e que sirva de base e de ferramenta para a construção e manutenção de uma memória social justificadora de sua existência.

Não obstante, será, então, melhor falarmos em “Discurso”, não “Texto”, uma vez que a carga semântica que este último léxico carrega pode levar-nos a uma inexactidão em sua relação com a sociedade, cabe melhor usarmos o termo “Discurso”. Conforme Foucault:

O discurso, assim entendido, não é uma forma ideal e intemporal que teria, além do mais, uma história; o problema não consiste em saber como e por que ele pôde emergir e tomar corpo num determinado ponto do tempo; é, de parte a parte, histórico - fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às cumplicidades do tempo. (2008: 132, 133)

A partir disso, podemos ter já uma prévia noção de que Discurso é, senão, história, uma vez que constrói a história e é construída por ela. Não muito distante dessa formulação, a conceituação de Bakhtin também é de grande auxílio para estabelecermos o que seria Discurso:

A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais ou escritos), concretos e únicos, que emanam duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua - recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais -, mas também, e, sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolivelmente no todo do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso. (2006: 209, 210)

Tiramos desse pequeno excerto bakhtiniano que o Discurso também é fruto de recursos linguísticos - que são, também, parte de um recorte histórico determinado - e que se agrupa em gêneros, conforme semelhanças e diferenças internas e externas a si: finalidade, estilo e conteúdo, consoante a teoria do teórico russo. Mas assim como a história, estilo, conteúdo e finalidade só existem através do próprio Discurso, pois sem ele, não tomariam forma e não existiriam, ainda que em Discurso mentalizado ou internalizado por uma comunidade.

Portanto, se entendemos o Texto como um fruto isolado, apresentando certo conjunto de regras e que existe independente de uma realidade histórica, assim não é o Discurso, que vai além de si mesmo e supera os limites impostos pelo meio em que existe, pois como fruto de uma comunidade, está ligado a outros Discursos dessa mesma comunidade de alguma forma. A escolha vocabular de um Discurso, a título de exemplo, dá-se de forma a enquadrá-lo em um conjunto de outros que usufruam do mesmo grupo lexical, ou no mínimo diferenciá-lo doutros com os quais não lhe convenha partilhar do léxico por motivo qualquer, e tal atitude o enquadra num recorte espaçotemporal muito preciso, pois apenas uma mesma comunidade reconheceria tais ferramentas, como a escolha vocabular e os sentidos usados para construí-lo, além dos sentidos construídos internamente em si.

Sobre isso, alerta-nos Foucault,

O discurso - como a psicanálise nos mostrou - não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que - isso a história não cessa de nos ensinar - o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os

sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (2010: 10)

Mais que isso, se um Discurso é um Discurso de verdade - a ser entendida aqui como Nietzsche (2007) a definiu, uma mentira já gasta que perde sua forma e toma o valor de verdade -, não universal, mas coconstruída pelos coautores envolvidos no processo de escrita e de ressignificação do discurso. Assim, não é apenas a voz, escrita ou não, de quem o produziu de forma física, mas também as vozes da comunidade a qual pertence o autor e da comunidade à qual o discurso se volta.

Porém há outros fatores concernentes a um Discurso que são determinantes para a sua existência, não só os coautores e vocabulário. Há uma série de fatores interdependentes entre si e de mesmo nível hierárquico: intertextualidade, circulações temáticas, dêixis enunciativa, os meios usados para propagação do discurso, os modos de coerência e os modos de enunciação. Tais fatores, também chamados de planos, reunidos formam o que Dominique Maingueneau chama de Semântica Global,

Isso quer dizer que a ordem de sucessão dos “planos” que seguimos em nossa apresentação é completamente arbitrária no que diz respeito ao “esquema construtor” global representado pela competência discursiva que os investe. Não constitui de forma alguma um modelo genético em virtude do qual o enunciador escolheria previamente um tema, depois um gênero literário, depois um vocabulário etc. (2008: 77).

E a soma de parte desses planos interdependentes, conforme citação de Maingueneau, rende-nos o que chamaremos de Gênero do Discurso. Bakhtin já direcionava sua teoria de Discurso para a existência de um Gênero do Discurso seguindo uma série de funções internas e externas ao texto - tema, estilo e estruturação composicional. Também Foucault dissertará sobre isso, alertando que a aceitação de um Discurso enquanto verdade deve também estar ligada ao espelhamento de características de um gênero que se deseja inserir o discurso. Parece então que as três definições são de certa forma consoantes entre si, pois falam de uma semelhança entre discursos e, com isso, há um Gênero Discursivo.

Não obstante, Maingueneau, em sua teoria da Semântica Global, dirá que um discurso será composto por diversos planos de único nível hierárquicos, sendo todos iguais, sejam eles: tema, tom, enunciador, destinatário, modo de coesão, gênero

discursivo, cronologia, vocabulário, cena, intertextualidade - ainda que, com o passar do tempo, o analista discursivo francês tenha modificado a nomenclatura e condensado a teoria, com a evolução da ideia de atos discursivos, englobando enunciador e tom, e de coenunciação, já que a voz do outro se faz presente também através do enunciador. Assim, qualquer um dos planos deve estar consoante aos outros para que o discursivo seja entendido da forma desejada por seu enunciador; em caso de assonância entre dois ou mais planos, o discursivo pode ser interpretado de forma não inicialmente desejada pelo enunciador ou até ser ininteligível.

Portanto, um Gênero do Discurso depende de diversos fatores em consonância, como o vocabulário, o enunciador, o destinatário, a cena, os modos de coesão. Para que haja determinado Gênero, em determinada sociedade, em determinado tempo, é necessário um vocabulário específico, estruturas de coesão específicas, por exemplo. Isso não quer dizer que todos os discursos estejam presos a uma mesma configuração de planos para que sejam igualados em gênero, pois um discurso não é fruto de um processo de construção exata, construído unicamente por apenas um enunciador que estabelece por si só todo o significado do texto.

Como o discurso é feito por uma sociedade, ao passo que a constrói - não sendo um fator cultural inócuo -, a própria leitura da relação entre os planos concernentes a Semântica Global muda, uma vez que a sociedade nunca é exatamente a mesma. Por conseguinte, a valoração de um plano feita pela sociedade muda, conforme esta própria muda: a questão de se uma epopeia é fantástica ou histórica, se retrata fatos meramente literários ou se traz fatos e relatos reais, é, senão, um fator que depende da comunidade. Se hoje não aceitamos a correlação histórica entre Otávio Augusto e o jovem guerreiro troiano Eneias, Vergílio os retrata de forma histórica e não necessariamente fantástica - ainda que isso gere confusões e incompreensão por vezes.

3.2 A Epistolografia Clássica enquanto Gênero

A constituição social básica em Roma durante a *Res Publica* parte de três ordens, plebe, senatorial e equestre, sendo que estas duas últimas detinham as principais funções burocráticas de liderança militar e mercantil, e depende, senão, da arte do bem falar, a eloquência. Era parte comum da educação e das funções cotidianas o uso explícito da língua como ferramenta política. De acordo com Fantham (1999: 22),

*“(W)ords were the chief political weapon, outside as inside the Senate house, in written as in spoken advocacy. Indeed, the Romans of all classes borrowed and even distorted literary quotations for political purposes.”*²⁶

Desde pequenos os jovens eram destinados ao estudo dos usos da língua, copiando modelos fundadores de estilos, estudando as diferentes escolas de Retórica, aprendendo a usar o processo de comunicação verbal, e possivelmente sua mistura com encenações até teatrais, com fins muito claros e objetivos sociais bem definidos. Fantham alerta-nos que:

*Children (probably only boys) of humble origin would be sent for a few years, from the age of seven to about twelve, to learn to read, write and calculate from an ill-paid literator or ludi magister in an upstairs room open to the street,(...), the role played by education at home in these privileged families is one factor that makes it difficult for the modern student to grasp the early education of the young Roman; the other far more complex obstacle to our understanding is the dominance of bilingualism in Roman education*²⁷. (idem: 23-24)

Por outro lado, também era muito como a cópia e simulação de epístolas, fossem modelos sociais, fossem de comunicação meramente intrapessoal, devido ao distanciamento espacial, fossem modelos retórico-filosóficos, como os usados por Isócrates, famoso orador ateniense do período de Sócrates - quinto e quarto séculos - e comumente copiados por outros oradores filósofos e filósofos, consoante Sullivan (IN Poster, 2007: 8), *“First, Isocrates produced many of his discourses as models for the emulation of his students. To the extent that the letters share this aspect, we can suppose that they contain a master’s best attempt to produce many features of the genre.”*²⁸ E continua,

²⁶ “A palavra era a principal arma política, fora e dentro do Foro, na ação jurídica falada ou escrita. Todavia, os romanos de todas as classes tomavam emprestadas e até distorciam citações literárias para fins políticos”.

²⁷ “Crianças de origem humilde (provavelmente apenas meninos) deveriam ser enviadas por alguns anos, com idade entre sete e doze anos, para aprender a ler, escrever e calcular com um mal pago explicador ou professor de ludo em um quarto escadas acima, à beira da rua, (...) o papel da educação em casa por estas famílias privilegiadas é um fator que torna difícil para o estudante moderno compreender a educação inicial do jovem romano; o outro obstáculo bem mais complicado para nosso entendimento é o domínio do bilinguismo na educação romana”.

²⁸ “Primeiro, Isócrates produziu muitos de seus discursos como modelos para serem emulados por seus discípulos. Devido ao fato das cartas compartilharem esse aspecto, nós podemos supor que elas têm a melhor tentativa do mestre em produzir diversas características do gênero”.

*It Should be clear from our discussion that Isocrates thought the letters as being a distinct compositional form and recognized a theory of letters writing. But to think of them, only as letters seems to miss a larger point, that for Isocrates the letters were located within his broader theory of rhetorical composition.*²⁹ (idem: 11)

Fica aparente, portanto, que o uso de cartas era comum não só para a alfabetização e aprendizagem dos sistemas reguladores internos de uma língua, mas também parte do processo de composição ao qual os jovens romanos deveriam ser expostos. Não só emular modelos epistolares de recomendação, de pedido ou com alguma outra função social, como encontramos dentre os livros epistolares de Cícero, mas também produzir as suas próprias cartas, ainda que fictícias, com qualquer tema cabível a ser exposto unilateralmente, numa primeira análise - uma vez que vimos que no discurso, ainda que parta fisicamente de um enunciador, o seu significado é construído mutuamente e até as escolhas diversas feitas no processo de enunciação são dependentes das relações sociais entre os coenunciadores.

Há também obras que em parte se destinam ao fazer epistolográfico em si. Dentre os autores que discutem uma teoria epistolográfica, o principal - até por motivos de autenticidade - é Demétrio, que escreve entre o quarto e terceiro século, e já falava sobre como e o que deveria haver em uma carta, além de quais eram suas subdivisões. Depois dele, diversos outros, como Pseudo-Demetrio e Pseudo-Libanio também dissertam sobre tal temática, apesar de não termos segurança de afirmar quem foram, quando e onde viveram.

Segundo Sullivan (IN Poster, 2007: 07), “*Letters were manifestly an important discursive form in classical antiquity and were used for a wide variety of public and private communicative purpose*”³⁰. Assim, fica claro que o uso de cartas era comum no dia-a-dia do homem romano do período clássico, tanto para sua comunicação interpessoal com amigos ou familiares, quanto para fins políticos, burocráticos e mercantis. Mas nisso nos deparamos com um grande problema: o que poder ser uma

²⁹ “Deveria ser claro para nossa discussão que Isócrates pensou as cartas como sendo uma forma composicional distinta e conheceu uma teoria de escritura epistolar. Mas pensá-las apenas como cartas parece perder o maior ponto, que para Isócrates as cartas estavam dentro da sua mais ampla teoria de composição retórica”.

³⁰ “Cartas eram claramente uma importante forma discursiva na antiguidade clássica e eram usadas em uma larga variedade propósitos comunicacionais públicos e privados”.

carta para romanos e gregos do período clássico? A complexidade da questão é vista pela descrição feita por Martin e Gaillard,

Est-on fondé à parler de « genre épistolaire »? Ou en d'autres termes : ce genre existe-t-il ? Impossible d'éluder ce problème irritant et peut-être insoluble. Quand quelqu'un rédige un pièce de théâtre, un roman, un traité moral ou scientifique, il accomplit un acte dont la spécificité est évidente, acte qui consiste à écrire pour masse plus ou moins importante, mais en principe anonyme, constituant ce qu'il est convenu d'appeler « le public » ; il n'est plus alors un simple « scripteur », mais un « écrivain », et l'on pourrait dire qu'il mérite ce titre même si en fin de compte il ne publie jamais ce qu'il écrit...³¹ (1990 : 454)

Os teóricos franceses partem de uma base diferente da nossa, até por buscarem uma definição romana de Gêneros Literários - que por si só já é complicada, pela falta de definição concreta de o que é Literatura e o que seria literário. Apesar disso, deste pequeno trecho já podemos começar a identificar porque parece, a priori, infrutífera a tentativa de adentrar o campo epistolográfico clássico: a dicotomia “emissor x receptor”. Soa-nos estranho considerar qualquer coenunciador como anônimo ou qualquer sentido próximo a este. Nenhum discurso é formado exclusivamente pelo seu autor físico, uma vez que ele faz parte de uma sociedade e que está em refração constante em relação à língua que ela mesma constrói e pela qual é construída.

3.2.1 A questão “emissor - receptor” na epistolografia clássica

Partindo da citação de Martin e Gaillard feita acima, podemos afirmar que, ainda que o enunciador físico de um enunciado, literário ou não, desconheça nominalmente todos os seus coenunciadores, todos fazem parte de uma mesma sociedade e, no caso de Roma, de ordens sociais específicas, com uma memória social específica e que justifica a existência daquele grupo e daquele discurso simultaneamente, enquanto tal. Em verdade, o enunciador conhece sim seus coenunciadores e eles são, sem dúvida, presumidos de uma forma ou doutra.

³¹ “É seguro falar em “gênero epistolar”? Ou, em outras palavras, esse gênero existe? É impossível elucidar esse problema excitante e talvez insolúvel. Quando alguém redige uma peça de teatro, um romance, um tratado de moral ou científico, cumpre uma ação cuja especificidade é evidente, ação que consiste em escrever para um grupo mais ou menos importante, mas a princípio anônimo, e que constitui o que convém chamar de “público”. Ele não é mais, então, um simples “escritor”, mais um “autor”, e poder-se-á dizer que ele merece o título, mesmo que, no final das contas, ele jamais publique o que escreveu.”

É comum à estrutura epistolográfica a presença de um emissor e de um destinatário explícitos, seja no corpo do texto, seja no meio usado para transporte - no caso de Roma normalmente um cilindro de transporte de *volumines* - através de selos ou marcas próprias. Ainda que possa haver uma carta com emissor e destinatários anônimos, é imprescindível um Eu e um Tu - ou Nós, por mais de um assinar a missiva ou, por motivos retóricos, uma assinatura plural, e um Vós - e que estes estejam afastados no tempo ou no espaço, uma vez que é necessária a presunção de ausência para o ato de composição epistolar.

Mais que isso, a relação sócio-política explícita na carta entre o Eu e o Tu é de extrema importância para a composição epistolar. Podemos afirmar com segurança que tal relação não é uma escolha relativa a um ou outro lado, mas a um contexto sócio-histórico que se faz presente através dos diversos planos da Semântica Global, o que inclui os coenunciadores. Assim, determinada relação entre os coenunciadores só pode existir em apenas um único recorte temporal, de forma a também preencher os outros planos da Semântica Global. E ainda que ambos sejam anônimos, podemos atestar sua relação através do vocabulário usado, como pronomes de tratamento, vocativos e expressões gramaticais que tendem à formalidade ou à informalidade, além da estruturação interna, como a presença ou não de um ou outro cabeçalho, conforme o contexto geral exigisse.

E quando falamos de epistolografia clássica, em Roma especificamente, parecemos então que o grupo em posição de escrever uma carta é consideravelmente pequeno. A educação romana, apesar de abarcar também a plebe e não raro termos famosos escritos de escravos libertos, era voltada de uma forma geral à classe patrícia e era neste processo educacional que se aprendia a escrever cartas, partindo da imitação de modelos consagrados, passando por sua emulação e chegando à escritura de cartas próprias, ainda que mantivesse a estrutura já conhecida. Contudo, soa-nos estranho acreditar que apenas cartas com claras marcas retóricas ou literárias possam ser consideradas verdadeiras e vindas de ordens patrícias.

Ainda nos limitando à discussão de autoria e receptividade, num campo analítico discursivo, o emissor de um texto, o seu enunciador, não precisa necessariamente ser versado em retórica e poética, pelo contrário. Não temos como negar a existência de

correspondência entre soldados e suas famílias, ou entre pequenos comerciantes, bem como membros distantes de uma mesma família plebeia. O objetivo não é limitado pela retórica ou literariedade da carta, mas sim pelo simples objetivo de redução do espaço-tempo para que haja uma comunicação, ainda que cada carta corresponda ao que poderíamos chamar de turno - ainda que a voz do outro a quem o emissor se dirige sempre se faça presente no próprio discurso, e não se trate de um monólogo.

Uma carta pode ter um vocabulário relativamente pequeno, com estruturas simples e até fugas de uma norma tida como padrão – que, no caso do latim, se resumia a como determinados autores escreviam -, desde que seja um coestabelecimento entre emissor e destinatário: ambos devem dominar as regras gramaticais e vocabulários aplicados, entender como aceitável para aquele discurso em específico e ser presumível o entendimento mútuo. Desta forma, as relações sócio-políticas entre emissor e receptor não são necessariamente delimitadoras ou excludentes, pois tais relações também passam por um filtro interno-discursivo de reestabelecimento delas mesmas: Cícero comumente escreve a Tirão, escravo seu; ou a posição das heroínas enquanto subjugadas e abandonadas no caso das *Heroides* ovidianas; da mesma forma Cícero atesta haver correspondência entre ele e César, dois dos principais homens da política republicana romana do século I. Isso demonstra que há comunicação epistolar entre diferentes níveis hierárquicos.

Ademais, a necessidade de comunicação entre pessoas distantes temporalmente ou espacialmente não se mostra apenas em casos específicos de relações sócio-políticas. Assim, uma carta pode ser enviada a um desconhecido, desde que ele esteja em uma posição que configure aquilo presumido pelo emissor ao compor a carta e se tornar o seu receptor. E mesmo que não seja o caso, a carta não perderá o sentido, mas este mudará, pois os planos estruturais do discurso não corresponderão igualmente ao proposto por emissor e receptor, podendo ocasionar situações diversas, como incompreensão, comicidade, engano, tragicidade etc.

Neste caminho, a questão “emissor - receptor” parece estabelecer-se dentro do próprio discurso e não fora dele, levando em conta apenas situações externas ao ato comunicacional epistolar, que por si só já refrata os traços da sociedade, ainda que de duas pessoas apenas, que o compuseram. Por isso, uma análise que leve em

consideração apenas os fatores sociais de composição e de autoria nos parece infrutífera e efêmera, pois há de ignorar boa parte dos planos estruturais presentes e dados pelo discurso.

3.2.2 A *Formula Valetudinis* e estruturas de coesão epistolográfica

A escolha vocabular e de estruturas coesivas dentro do gênero epistolar apresenta-se de forma muito ampla e sem, a priori, uma regularidade. Como praticamente qualquer tema é possível - uma vez que a circulação temática entre dois coenunciadores distantes no tempo e no espaço tende a todo e qualquer assunto entre eles -, parece-nos que em um primeiro momento a escolha é transpassada e expõe a relação sócio-política entre emissor e destinatário. É também limitado o vocabulário e ferramentas de coesão pelas possibilidades aferidas pela língua e meios usados para transmissão da carta em si - no caso de Roma, o latim e o *volumen*, respectivamente.

Contudo, há expressões internas que são recorrentes e necessárias para que, em sua presença, haja uma carta. Falamos aqui da *Formula Valetudinis* e das expressões de saudação e despedida: aparentes no começo e no final da carta, assim como também no corpo, desde o mundo clássico são atestadas tais expressões, não só nas cartas reais do período clássico que chegaram até os dias de hoje - a maioria em dialetos gregos -, como também naqueles que teorizaram sobre o fazer epistolográfico.

Em latim eram comuns as siglas *S.P.D.* ou *S.D.*, *Salutem Plurimam Dicit* (“saúda muitíssimo”) ou *Salutem Dicit* (“saúda”), que comumente estariam no início de cartas de tom pessoal ou familiar. Ainda que esta forma fosse extremamente usual, ela não era a única e comumente seu valor semântico poderia ser substituído por outras expressões, ou até mesmo sentenças inteiras. Assim, o uso do *S.P.D.* ou outra semelhante é atestado em um grupo específico de cartas - cartas pessoais ou familiares -, e pode não ser atestado em outras - como cartas de recomendação, políticas, retóricas. E apesar de ter claramente uma primeira e uma segunda pessoa no discurso, tais saudações eram comumente escritas na terceira pessoa, num modelo *A* saúda a *B*, o que delimita e especifica os coenunciadores envolvidos e dá ênfase maior ainda as expressões de saudação.

Já a *Formula Valetudinis*, em tipos de cartas, era comumente atestada através da sigla *S.V.B.V.E.E.V.*, *Si Vales, Bene Est, Ego Valeo* (“se estás bem, me alegre, estou bem”)³². Essa é também uma expressão comum às expressões de saudação, mas estas são atestadas em tipos específicos de cartas, enquanto em outros, há também expressões de mesmo valor semântico, mas em escritas de forma diferente, normalmente até maiores e não abreviadas. O uso das expressões iniciais de saudação e a *Formula Valetudinis* demonstra que poderíamos presumir sim um entendimento prévio das siglas ou de expressões equivalentes e que a sua diferença intrínseca mudaria o tom, e consequentemente o etos, da carta. Ademais, agora percebemos não mais a construção a partir da terceira pessoa, mas a aproximação e a estabilização da primeira e segunda pessoa no discurso - o que demonstra em si o começo do diálogo.

No final das cartas temos, então, as expressões de despedida, que fecham a carta. Nas cartas escritas em latim, eram usadas expressões com o verbo *valere* (“saudar”, “desejar bem”, “querer bem”), como *vale*, imperativo presente singular, ou expressões que envolvam os deuses, como *di te incolumen custodiant* (“que os deuses te guardem a salvo”). Em verdade, é comum ao último parágrafo o emissor demonstrar certo bem querer para com o destinatário, independente do tom da carta, e se despedir como se estivessem um na presença do outro, ato este que deixa clara uma das principais funções da carta, a aproximação espaçotemporal.

De certa forma, não é uma escolha meramente vocabular, mas também de coesão interna e externa que começa a carta, ligando a relações externas - como o recebimento de outra missiva, caracterizando aquela como uma resposta, o envio de felicitações ou condolências, ou simplesmente a presença do destinatário enquanto imagem concreta na memória do emissor, comumente visto com expressões significando “ter em mente”, “ter no coração”, “ter em memória”. Por outro lado, diz Demétrio (1902: 176) “*the letter like the dialogue, should abound in glimpses of character. It may be said that everybody reveals his own soul in his letters. In every form of composition it is possible to discern the writer’s character, but in none so clear*

³² Tradução de Silva (2009: 507)

as in the epistolary”³³. Assim, o destinatário também recebe uma imagem do próprio emissor através da carta.

Contudo, é pela escolha de um grupo vocabular e não doutro que as tais expressões e fórmulas se apresentam e não se igualam a uma introdução ou conclusão qualquer. Em geral são preferidos termos que transpassem intimidade e apreço, no caso de uma relação minimamente amigável, ou de neutralidade, quando há tensão entre os coenunciadores. Não raro, também, expressões expletivas da relação entre emissor e destinatário - como uma relação paterna, materna, marital, de amizade -, que normalmente envolvam terceiros, como divindades ou pessoas ordinárias que sirvam de alguma forma como mediadores entre as relações que envolvam os coenunciadores.

Desta forma, pronomes de tratamento são geralmente comuns - em latim, especificamente, o uso de pronomes possessivos, como *meus, mea, meum*, que é tido, com o vocativo em sua forma masculina reduzida *mi*, ou o feminino *mea*, como uma das principais expressões de tratamento afetivo, pois seria uma forma mais amena e menor, gerando um tom mais propício a cartas, normalmente as pessoais e familiares. Tal uso, ao lado da escolha de verbos com significados como desejar bem, ter esperança, saudar, louvar ou estimar permitem a criação de um etos que será comum na maioria das obras epistolográficas, criando um nível igualitário colocando o emissor em posição inferior numa escala hierárquica interna ao discurso, uma linguagem não rebuscada - ainda que não configure necessariamente um registro informal - e que possibilite uma cenografia permissiva à presença de ambos no mesmo tempo e espaço, ainda que imaginária e linguística.

Tal reconhecimento deve haver minimamente entre os coenunciadores, que por sua vez estão inseridos numa sociedade que detém, de certa forma, o mesmo conhecimento formulaico³⁴ do vocabulário e estruturas de coesão - que dividem a introdução, o meio e a despedida - internas de uma carta. Portanto, o uso ou não uso das

³³ “A carta, como o dialogo, deveria abundar em traços de uma imagem do enunciador. Pode-se dizer que todo mundo revela sua alma em suas próprias cartas. Em toda forma de composição pode se discernir a imagem do autor, mas em nenhuma tão clara como na composição epistolográfica”.

³⁴ Tradução lusitana comumente referida ao léxico inglês *Formulaic*. Transmite a ideia de padronização em fórmulas específicas.

expressões aferidas anteriormente poderiam qualificar a carta enquanto tal e subdividi-la em pequenos grupos.

3.2.3 Uma crítica a Demétrio

Em sua obra sobre estilística e gêneros literários na Grécia, Demétrio, aponta que a principal função da carta é a comunicação amigável, como quando diz, “*a letter is designed to be the heart’s good wishes in brief; it is the exposition of a simple subject in simple terms*”³⁵ (1902: 177). Parece-nos claro que o vocabulário deva estar de acordo com todos os planos da Semântica Global, o que inclui o tema a ser tratado. O problema se dá ao considerar o único tema um envio de bons desejos a alguém, como se não houvesse outros tipos de carta.

Em outro trecho do mesmo autor, fica evidente que cartas poderiam sim ter um tom mais grave e uma temática filosófica, inclusive,

*Since occasionally we write to States or royal personages, such letters must be composed in a slightly heightened tone. It is right to have regard to the person to whom the letter is addressed. The heightening should not, however, be carried so far that we have a treatise in place of a letter, as is the case with those of Aristotle to Alexander and with that of Plato to Dion’s friends.*³⁶ (Demetrius, idem: ibidem)

Neste caminho, o próprio assume a possibilidade de um vocabulário mais culto e que transpasse a relação hierárquica-social em que se encontram os coenunciadores, como uma pessoa plebeia e uma pessoa da realeza. Assim como há tratados filosóficos de Aristóteles e de Platão escritos em formato epistolar, os quais são refutados como epístolas por Demétrio na mesma obra. Ora, se ele alerta que não devem ser considerados, é porque assim o são, caso contrário, não precisaria fazer tal aviso e indicação.

Sem dúvida, não são apenas os temas que caracterizam um Gênero Discurso epistolográfico, mas a completa interrelação entre os planos da Semântica Global, como

³⁵ “A carta é feita para ser o desejo sincero de bem querer brevemente; é a exposição de um assunto simples em termos simples”.

³⁶ “Uma vez que ocasionalmente nós escrevamos a Estados ou pessoas da monarquia, tais cartas devem ser compostas num tom um pouco mais elevado. É certo haver de considerar a pessoa a quem a carta é endereçada. A elevação do tom não deve, todavia, ser tão elevada que nós tenhamos um tratado em vez de uma carta, como nos casos como aquelas de Aristóteles a Alexandre e como naquela de Platão ao amigo de Dion”.

o vocabulário - que não depende do tema, mas há uma relação de interdependência entre ambos e os outros planos de forma igual - ou como os coenunciadores, que no caso da epistolografia, parece ser basicamente o estabelecimento de uma primeira e uma segunda pessoa, no plural ou singular. Por isso, ao considerar apenas o tema, Demétrio exclui até obras que eram consideradas, e são chamadas até hoje de cartas - como a, citada por ele próprio, carta sete de Platão.

Seguindo nessa linha, parece ser insuficiente, já na Grécia antiga, tentar limitar a noção de Gênero Epistolográfico a cartas de comunicação à distância, temporal e espacial, com uma temática cotidiana. Se três dos principais filósofos gregos - Platão, Aristóteles e Isócrates - usavam cartas como meio para transmitir seu fazer filosófico, seria impreciso desconsiderarmos sua escolha e admitirmos que todos os três cometeram um equívoco ao chamar suas obras de cartas. Da mesma forma, seria um salto muito grande passar de cartas cotidianas a produto literário fictício, mitológico, religioso e filosófico, como se tornaria regularmente nos séculos seguintes.

Por isso, consideramos ser melhor categorizar uma carta dentro do gênero epistolográfico após observados os planos que configurem toda a Semântica Global - não apenas forçá-los a se enquadrar dentro de um esquema preposto e que claramente não cubra as possibilidades aferidas dentro da sociedade na qual ela é concebida. Não obstante, as limitações feitas por Demétrio ao Gênero Epistolográfico devem ser entendidas como possíveis, mas não finais, sequer como fundadoras e justificadoras de um gênero.

4. O *De Officiis*: uma análise epistolar

De Officiis é a última obra que Cícero escreve antes de ser morto por ordens de Marco Antônio. Sua composição começa certamente no ano de 44, após a morte do então *Dictator perpetuus* Caio Júlio César, fruto de uma trama senatorial, da qual não podemos afirmar que o orador arpinino participara, mas se aproveita do fato para tentar retomar a estruturação política anterior ao primeiro triunvirato. A obra é dedicada nominalmente a seu filho, que estudava durante esse período filosofia na Grécia, sob a tutela do peripatético Crátipo. Ademais, comumente é tida como um manual de moral prática, como diz Conte (1999: 195), “*The writing of the De Officiis was probably begun in the fall of 44. It is a treatise, not a dialogue, dedicated to Cicero’s son Marcus, then a student of philosophy in Athens*”³⁷.

É bem provável que *De Officiis* tenha sido escrito simultaneamente às *Phillippicae*. De acordo com o próprio Cícero, os últimos anos de sua vida, exatamente entre o governo ditatorial de César e a assunção senatorial de Marco Antônio, ele escreveu mais do que em todo o resto de sua vida, a saber os livros *De gloria*, *Laelius*, *De divinatione*, que foram escritos em menos de um ano - e quase toda sua composição filosófica, que começou após o primeiro triunvirato e cresce exponencialmente após a tomada unilateral do poder por César. Assim podemos ler no *De Officiis*. III, 4:

*Quamquam Africanus maiorem laudem meo iudicio assequebatur. Nulla enim eius ingenii monumenta, mandata litteris, nullum opus otii, nullum solitudinis munus extat. Ex quo intellegi debet illum mentis agitatione investigationeque earum rerum, quas cogitando consequabatur, nec otiosum nec solum umquam fuisse. Nos autem, qui non tantum roboris habemus, ut cogitatione tacita a solitudine abstrahamur, ad hanc scribendi operam omne studium curamque convertimus. Itaque plura brevi tempore eversa quam multis annis stante re publica scripsimus.*³⁸

37 “A composição do *De Officiis* provavelmente começara no final de 44. É um tratado, não um diálogo, dedicado ao filho de Cícero, Marcos, então estudante de filosofia em Atenas”.

38 Todos os textos latinos referentes ao *De Officiis* III foram tirados da versão de Hubert Ashton Holden, de 1949.

Todavia o Africano alcançava o maior louvor no meu julgamento. Com efeito, nenhum relato histórico de seu talento, nenhum trabalho proveniente do ócio, nenhuma obra proveniente da solidão ainda sobrevive: disto, deve-se conhecido que, na agitação da alma e na investigação daquelas coisas, às quais ele direcionou seu pensamento³⁹, nunca ter estado ele nem ocioso, nem só. Contudo nós, que não temos tanta força, para que em pensamento tácito sejamos afastados da solidão, voltamos a este trabalho de escrever sobre todo estudo e preceito. E assim, deposta a república, escrevemos mais em breve tempo do que em muitos anos.

Assim já podemos destacar internamente o período no qual foi composta a obra e comparar tal assertiva a outra de mesmo teor feita nas *Phillippicae*: não existe mais *Res Publica* em Roma. A priori, Cícero não teria feito grande frente a César durante seu período ditatorial, desde a vitória da batalha da Farsália - em 49. -, até seu assassinato em 44 a.C, inclusive mantendo certa comunicação epistolar com o *Dictator perpetuus*. Mas após a morte deste, Cícero usa suas obras, em destaque as *Phillippicae* e o *De Officiis*, para transformá-lo em *Tyrannus*, não mais *Dictator*, uma vez que o segundo título era previsto nas leis republicanas romanas, enquanto o primeiro era facilmente tido como inimigo da humanidade - desta forma também absolvendo seus assassinos, Marco Júnio Bruto e Caio Longino Cássio, pretores à época - se seguirmos o título que lhes é atribuído por Cícero, *Iudices*, "juízes".

E se torna fundamental entender a correlação entre as obras ciceronianas supracitadas, uma vez que ambas aparentam fazer parte de um projeto do grande orador: enquanto as *Phillippicae* são quinze discursos contra Marco Antonio - e toma tal nome a partir das Filípicas, de Demóstenes, orador ateniense do século IV, escritas contra Felipe II da Macedônia, então tido como tirano, governando as regiões helênicas -, no qual Cícero tenta levar o Senado e o Povo Romano a se voltar contra a força e as armas do general de César; por outro lado, no *De Officiis*, Cícero tenta retomar alguns aspectos morais que não se apresentam mais entre os homens, principalmente entre os jovens e o povo, ou massa ignorante - usando o termo *volgus* -, que devem voltar a ser o centro das práticas do homem romano, e não por acaso retoma diversas vezes a necessidade de pôr a *Res Publica* acima de qualquer fator interno ou externo ao indivíduo, assim como em diversos momentos torna a dizer que não há mais *Res*

39 A tradução literal seria "as quais refletindo ele perseguiu", mas trazem Peabody (1887) e Holden (1949) em suas edições a possibilidade usada como sentido geral da oração.

Publica e que Roma vive um terrível período de injustiças. Nas palavras de Holden (1949: XII), “*he had originally looked upon it as a constituent element of general culture, especially indispensable to the youthful aspirant to the honours of the forum and the senate*”⁴⁰.

Ora, de acordo com o próprio arpinino no *De Officiis*. III, 2, “*Extincto enim senatu deletisque iudiciis quid est, quod dignum nobis aut in curia aut in foro agere possimus?*” (“De fato, extinto o senado e aniquilados os juízes, o que há de digno para nós, que possamos fazer seja no foro, seja na cúria?”). Desta forma, é necessário não só educar - além de criar filosofia em latim, tarefa cuja importância ele discute, ao passo que discute a tradução de termos filosóficos gregos em latim -, mas também reconstruir a *Res Publica*. E se não é possível fazer isso da forma mais comum ao homem romano, com discursos no foro e perante o Senado, Cícero recorre então as *litterae* e a sua possibilidade de atingir uma audiência maior, sem correr o risco de ser morto sem completar seus discursos, como acontecera com tantos outros, a exemplo dos irmãos Graco.

O próprio nome da obra, que serve de base para esta reflexão, *De Officiis*, é fruto de uma grande discussão entre ele e seu amigo Ático - como dito -, num *medium* epistolar, sobre qual seria o melhor termo para uma tradução do grego *καθηκον*. O substantivo *Officium* é formado através do afixo *Ob* (“em frente de”, “em direção de”), o morfema *fac* (“feito”, “ação de execução”) e o morfema final neutro *-ium* (“reunião de”), conforme Mendes de Aguiar (Aguiar, 1924). Há a partir daí algumas alterações fonético-ortográficas, como a assimilação regressiva total do /B/ pelo /F/, e o alongamento da vogal, então medial, /A/ para /I/, resultando no produto final *Officium*. Desta forma, o significado primordial do termo transpassa a ideia de um grupo de ações a serem feitas.

Traduzido, de uma forma histórico-filológica, como “Ofício”, transpassa mais o nosso sentido de “Dever” do que exatamente “Ofício”, uma vez que este se aproxima principalmente de uma imagem mercantil-industrial e de função especializada exercida em tal meio, conforme definição dicionarizada, “1 qualquer atividade de trabalho que

⁴⁰ “Ele teria originalmente observado isso como um elemento constituinte de uma cultura geral, especialmente indispensável aos jovens aspirantes às honras do Senado e do Foro”.

requer técnica e habilidade específicas; 2 ocupação, profissão, emprego ; 3 tarefa a que uma pessoa se compromete; incumbência, missão.” (HOUAISS, 2009)⁴¹.

Contudo, ainda que a tradução ou a evolução do significado do termo *Officium* mude com o passar dos anos e de sua presença em sociedades diferentes, a obra em si é de grande repercussão no mundo antigo, antigo tardio, na Idade Média e tem um papel muito grande na Renascença de uma forma geral. Segundo Conte (1999: 204), “*Lactantius was called the Christian Cicero, Jerome could dream with horror that he was not a Christian but a Ciceronian, and Augustine could take him as a model for style, for public oratory and for philosophy.*”⁴². Assim, a base para o que se tornaria a fonte dos poderes durante a Idade Média, a Igreja Católica, tem em suas origens pensadores que se espelham e seguem os modelos deixados por Cícero, a ponto de se considerarem tanto cristãos quanto ciceronianos.

Isso se refletiria durante toda a Idade Média, e não por acaso Cícero é o segundo autor do qual mais sobreviveram *volumines*, palimpsestos e códices, sendo o primeiro Vergílio. Isso é visto também através do uso de suas obras nas mudanças concernentes ao final do período medieval, principalmente as filosóficas, conforme Conte (idem: 206), *The Somnium Scipionis, understood as the program for the renaissance of ancient ideals, became the object of frequent commentaries, and the De Officiis was the first classical text to be printed...*⁴³

4.1 As concepções filosóficas do *De Officiis*

Antes de analisarmos, resumidamente, a base filosófica do *De Officiis*, é importante atentarmos para o que era filosofia em Roma e como era visto o fazer filosófico. Segundo Holden,

⁴¹ Assim, acreditamos que, da mesma forma que Cícero não transliterou os termos gregos à língua e alfabeto latinos, também não deva ser feito em relação ao latim e o português, de só assumir uma tradução através de correspondentes filológicos-históricos.

⁴² “Lactâncio era chamado de Cícero cristão, Jerônimo podia sonhar com o pavor de não ser um cristão, mas um ciceroniano, e Agostinho podia tê-lo como modelo para estilo, para oratória pública e para filosofia”.

⁴³ “O Sonho de Cipião, entendido como um programa para o renascimento de ideais clássicos, tornou-se objeto frequente de comentadores, e o *Sobre os Deveres* foi o primeiro texto clássico impresso...”.

He (Cicero) turned then to Philosophy - which had been a favorite study of his youth and to which, in the midst of active life, he had given up all the time that he could spare from professional and political duties - as a grateful relief from distracting recollections and a consolation in a period of deepest gloom. But he did not turn to it merely on a personal grounds or for his own amusement and satisfaction: he was still influenced by motives of patriotism, and an earnest desire for the elevation of his fellow-citizens (CICERO, 1949: XIII, XIV)⁴⁴

De fato, a Filosofia pura em Roma era vista de forma prejudicial, por um motivo simples, requeria que aquele que buscasse o fazer filosófico abrisse mão de um tempo que poderia, e deveria, ser dedicado a atividades forenses e políticas - bases das funções do patrício romano do período *Res Publica*. Assim, o próprio arpinino foi acusado de dedicar-se demais à composição intelectual abstrata e não ligada aos fazeres comuns da *Res Publica* e, com frequência, logo no início de suas obras, ele se defende de tais acusações, inclusive no *De Officiis*, quando, no livro terceiro, compara o seu ócio ao de Cipião Africano, um dos maiores heróis republicanos de Roma, diferenciando um de outro pelo fato de um ser merecido - o de Cipião - e o outro forçado - o seu próprio.

Assim, não raro Cícero toma a Filosofia grega, principalmente, e a torna uma ciência aplicada ao modo de vida romano, fugindo da elaboração meramente teórica e discussões abstratas que a Filosofia poderia trazer. Cícero toma os preceitos que lhe interessavam - não por ser filiado a uma escola, mas por ser filiado a uma que lhe dava total liberdade de escolha, a escola cética de Pirro de Élis - e os aplicava a casos romanos reais e conhecidos por sua sociedade, além dos históricos *exempla romana*. Por isso, cabe dizer que Cícero não pratica o fazer filosófico, todavia age em prol dessa ciência para que se torne uma das bases de conhecimento e de direcionamento moral do homem romano.

Em sua conceituação filosófica de *De Officiis*, Cícero tende a seguir uma obra do filósofo grego Panécio de Rodes, discípulo direto de Diógenes da Babilônia e Antípatro de Tarso, líderes da escola estoica no século II. Tal escola tem sua origem em Zenão de Cítio, que funde a sua própria formulação filosófica, os ideais cínicos e

⁴⁴ “Ele, Cícero, voltou-se então a filosofia - a qual fora sua favorita área de estudo de sua juventude e à qual ele dedicara todo o seu tempo, fora dos deveres profissionais e políticos - como um gratificante alívio vindo de lembranças que o distraíam e uma consolação no período de maior depressão. Mas ele não se voltou a isso, meramente sobre assuntos pessoais, para seu próprio prazer e satisfação: ele ainda era influenciado por motivos patrióticos e o sincero desejo de contribuir com seus compatriotas”.

socráticos, entre os séculos IV e III. No tempo de Cícero, o filósofo estoico que mais repercutia em Roma era Posidônio de Apameia, a quem é muito provável que Cícero tenha ouvido em pessoa, ainda que o filósofo grego não demonstrasse, ou ao menos Cícero não deixa tal registro, ideais próprias, mas, em verdade, baseava seus ensinamentos nas palavras de outro filósofo grego, seu mestre Panécio de Rodes.

Panécio nasceu em 180 e morreu em 109 -, chegando ele próprio à liderança da escola estoica em 129. O filósofo grego era historicamente ligado a Roma, uma vez que era companheiro de Cipião Emiliano Africano, com quem chegou a ir em missão ao Mediterrâneo por volta de 140. Suas principais obras fazem referência à moral que deveria ser aprendida e praticada pelo homem comum, uma vez que o sábio, por si só, teria um conhecimento completo. Conforme o próprio Cícero, Panécio já havia dividido a temática envolvendo os *Officia* em três partes, a saber: o que seria honesto, o que seria útil e se haveria choque entre o que seria honesto e o que seria útil. Essa mesma divisão é seguida pelo grande orador romano, rendendo então três livros sobre os Deveres, dos quais o foco desta análise é o terceiro. Contudo, ainda segundo Cícero, apesar de ter feito uma divisão tripartida, Panécio só teria abordado as duas primeiras temáticas, silenciando sobre a terceira.

Desta forma, nas palavras do orador, no *De Off.* III.7

Panaetius igitur, qui sine controversia de officiis accuratissime disputavit, quemque nos correctione quadam adhibita potissimum secuti sumus, tribus generibus propositis, in quibus deliberare homines et consultare de officio solerent, uno, cum dubitarent, honestumne id esset, de quo ageretur, an turpe, altero utilene esset, inutile, tertio, si id, quod speciem haberet honesti, pugnaret cum eo, quod utile videretur, quo modo ea discerni oporteret, de duobus generibus primis tribus libris explicavit, de tertio autem genere deinceps se scripsit dicturum nec exsolvit id, quod promiserat.

Então Panécio, que, sem controvérsia, tratou de forma refinadíssima sobre os deveres, e a quem nós seguimos majoritariamente – incluída a correção – em três gêneros propostos, nos quais os homens costumariam refletir sobre e deliberar acerca dos deveres. Primeiro, como questionariam: acaso aquilo que se pratica seria honesto ou torpe; segundo, seria útil ou inútil; terceiro, se isso, que haveria algo de honesto, chocaria-se com aquilo que pareceria útil, assim como se seria necessária essas serem separadas. Dos dois primeiros gêneros tratou em três livros, mas sobre o terceiro gênero, que em seguida seria dito, nem escreveu, nem resolveu isso, o que prometera.

Assim, falando estritamente da obra ciceroniana, o *De Officiis* apresenta em seu primeiro livro uma discussão sobre o que seria o fazer honesto, definido por uma oposição comparativa com aquilo que seria o fazer desonesto; o segundo livro trataria do que seria útil em comparação ao que seria inútil; e o terceiro livro traria a discussão sobre se haveria ou não, e havendo como se daria, um conflito entre o que seria honesto e o que seria útil. A obra do filósofo de Rodes não chegou a nós, de fato, então não podemos atestar, apesar das palavras ciceronianas acima, se fora meramente uma tradução do grego ao latim ou se uma adaptação da moral estoica à prática romana.

A respeito do primeiro livro, sobre os conceitos e reflexos da honestidade nos atos e na vida do homem, podemos afirmar com certa segurança que Cícero seguiu estritamente Panécio. Ainda que não seja uma tradução da obra do filósofo grego, o arpinino segue o modelo estoico, incluindo alguns exemplos romanos para tornar a obra mais receptível ao povo latino. Não é viável retomarmos o texto original, pois não chegou a nós tais livros, mas se tivermos como verdade a assertiva de Cícero, alegando que ele segue Panécio nos dois primeiros livros, no terceiro ele faz uma quebra proposital, conforme o livro I, parágrafo 6, diz “*Sequemur igitur hoc quidem tempore et hac in quaestione potissimum Stoicos non ut interpretes, sed, ut solemus, e fontibus eorum iudicio arbitrioque nostro, quantum modo videbitur, hauriemus.*” (“Seguimos, portanto, nesta obra e nesta questão, em verdade, preferencialmente, os estoicos, não como intérpretes, mas, como costumamos, compomos nosso juízo e arbítrio pelas fontes daqueles, como parecerás”).

Já sobre o segundo, a razão ciceroniana parece a mesma, seguir os escritos panecianos, ainda que recorra a sua própria concepção de utilidade e sociedade, principalmente quando trata da *comparatio utilitatum* (“comparação das utilidades”), dialogando com a necessidade moral romana do bem comum acima do bem individual, da ação útil à *Res Publica* ser obrigatoriamente anteposta à ação que seria percebida útil ao indivíduo, mas não seria - uma vez que é útil ao indivíduo primeiro o bem da sociedade. Parece-nos então que Cícero aqui começa a se libertar um pouco mais da estrita linha de adaptação de conceitos helênicos à Roma, para a sua aplicação social na Urbe.

Ulteriormente, o livro III parece, conforme o próprio orador diz, ser não mais um reflexo dos ensinamentos de Panécio, pois este nunca teria escrito sobre a existência ou não do choque entre o que seria honesto e o que seria útil, ainda que tivesse levantado a questão. Mas é inegável que Cícero retoma diversos exemplos de outros filósofos estoicos nominalmente, como Diógenes da Babilônia, Antípatro de Tarso, Hecatão de Rodes e o próprio Posidônio de Apameia. Ainda assim, Cícero cita diversas leis romanas, casos forenses envolvendo personalidades latinas de sua época ou, no máximo, de uma geração anterior e em muitos casos dá a sua sentença indiretamente ou diz que toma como verdade um lado ou outro, não se prendendo a um nome ou linha de pensamento.

Contudo, falar sobre a aplicação de conceitos helênicos em Roma é motivo de comum engano. Há uma grande diferença entre a sociedade berço de tal escola filosófica, além da sociedade originária de Panécio, e a sociedade romana, ainda que em 44, ano no qual a obra foi escrita, a helenização de Roma já fosse latente. Por si só, a *Res Publica Romana* se baseia em um ideal de bem comum que deve superar as necessidades individuais de quem quer que seja - princípio que desaparece com a estabilização de um *Princeps* (“o principal”), que se sobrepõe a todos os outros cidadãos romanos em importância. Mais que isso, enquanto na Grécia vemos a identificação pessoal através, principalmente, de sua região de origem, em Roma a *Gens* assume o papel de justificação e posição sócio-histórica do homem, além de diversas outras diferenças sociais entre uma sociedade e outra, para citar apenas uma das diferenças entre tais sociedades.

É importante também destacar que a concepção de Panécio em relação ao que seria honesto e útil é diferente da concepção de Zenão e dos estoicos antes dele, em geral. Os primeiros estoicos adotam o termo “preferível”, enquanto o rodiano adota “benéfico”, conforme Griffin e Atkins,

The Stoics held that the end of life was virtue; virtue was the only thing that was good, and to live well was to live virtuously. Conversely, vice was the only evil. External advantages, health, wealth, and so on, were not good, but merely “preferable”; sickness, poverty, even death, not bad, but “unpreferable”. (...) Hence the premise that Cicero assumes throughout Book III: nothing is good

*except that which is honourable. In other words, the only thing that benefits us is virtue.*⁴⁵

E continua:

*Those things that the early Stoics had termed preferable, Panaetius called “advantageous” or “beneficial”. He discussed the virtuous and the beneficial separately; he thought we could ask independently of the same action both “Is this virtuous?” and “Is this beneficial?”. For him, virtue was no longer simply aiming at the preferable things well. Virtues and benefits could, at first sight at least, be specified without reference to one another. However, Panaetius still believed that nothing was in the end good and beneficial unless it was virtuous; therefore when the two questions were asked about a single action, the answers should be the same.*⁴⁶ (Cícero, 2011: XXXV-XXXVI)

E como supracitado, Cícero assim descreve o Bem e o Mal segundo a escola estoica, da qual no mesmo trecho diz tomar como base para sua obra:

Cum autem aliquid actum est, in quo media officia compareant, id cumulate videtur esse perfectum propterea, quod vulgus, quid absit a perfecto, non fere intellegit; quatenus autem intellegit, nihil putat praetermissum; quod idem in poematis, in picturis usu venit in aliisque compluribus, ut delectentur imperiti laudentque ea, quae laudanda non sint, ob eam, credo, causam, quod insit in his aliquid probi, quod capiat ignaros, qui idem, quid in unaquaque re vitii sit, nequeant iudicare; itaque cum sunt docti a peritis, desistunt facile sententia. Haec igitur officia, de quibus his libris disserimus, quasi secunda quaedam honesta esse dicunt, non sapientium modo propria, sed cum omni hominum genere communia.

Itaque iis omnes, in quibus est virtutis indoles, commoventur. Nec vero, cum duo Decii aut duo Scipiones fortes viri commemorantur, aut cum Fabricius [aut Aristides] iustus nominatur, aut ab illis fortitudinis aut ab his iustitiae tamquam a sapiente petitur exemplum; nemo enim horum sic sapiens, ut sapientem volumus intellegi, nec ii, qui sapientes habiti et nominati, M. Cato et C. Laelius, sapientes

⁴⁵ “Os estoicos mantinham a ideia de que a finalidade da vida era a virtude; virtude era a única coisa boa, e viver bem seria viver virtuosamente. Ao contrário, o oposto era o extremo mal. Vantagens externas, saúde, riqueza e coisas do tipo, não são boas, mas são meramente ‘preferíveis’; doença, pobreza e até morte, não são más, mas ‘não preferíveis’. (...) Daí a premissa que Cícero assume por todo o livro III: nada é bom exceto o que é honorável. Em outras palavras, a única coisa que nos beneficia é a virtude”.

⁴⁶ “Essas coisas que os primeiros estoicos nomearam ‘preferível’, Panécio chama ‘vantajoso’ ou ‘benéfico’. Ele debate o que é virtuoso e o que é benéfico separadamente; ele considerava que nós podíamos perguntar, independentemente da ação, “Isso é virtuoso?” e “Isso é benéfico?”. Para ele, virtude e benefício podiam, pelo menos à primeira vista, serem especificados sem referência de uma a outro. Todavia, Panécio ainda acreditava que, no fim, algo era bom ou benéfico somente se virtuoso; por conseguinte quando as duas questões eram perguntadas sobre uma mesma ação, a resposta deveria ser a mesma”.

fuerunt, ne illi quidem septem, sed ex mediolorum officiorum frequentia similitudinem quandam gerebant speciemque sapientium.

Quocirca nec id, quod vere honestum est, fas est cum utilitatis repugnantia comparari, nec id, quod communiter appellamus honestum, quod colitur ab iis, qui bonos se viros haberi volunt, cum emolumentis umquam est comparandum, tamque id honestum, quod in nostram intelligentiam cadit, tuendum conservandumque nobis est quam illud, quod proprie dicitur vereque est honestum, sapientibus; aliter enim teneri non potest, si quae ad virtutem est facta progressio. Sed haec quidem de iis, qui conservatione officiorum existimantur boni.

Qui autem omnia metiuntur emolumentis et commodis, neque ea volunt praeponderari honestate, ii solent in deliberando honestum cum eo, quod utile putant, comparare: boni viri non solent. Itaque existimo, Panaetium, cum dixerit, homines solere in hac comparatione dubitare, hoc ipsum sensisse, quod dixerit, solere modo, non etiam oportere. Etenim non modo pluris putare quod utile videatur, quam quod honestum sit, sed etiam haec inter se comparare et in his addubitare turpissimum est. Quid ergo est, quod nonnumquam dubitationem afferre soleat considerandumque videatur? Credo, si quando dubitatio accidit, quale sit id, de quo consideretur.

Saepe enim tempore fit, ut, quod turpe plerumque haberi solet, inveniatur non esse turpe. Exempli causa ponatur aliquid, quod pateat latius. Quod potest maius scelus quam non modo hominem, sed etiam familiarem hominem occidere? Num igitur se astrinxit scelere, si qui tyrannum occidit, quamvis familiarem? Populo quidem Romano non videtur, qui ex omnibus praeclaris factis illud pulcherrimum existimat. Vicit ergo utilitas honestatem? Immo vero honestas utilitatem secuta est. Itaque, ut sine ullo errore diiudicare possimus, si quando cum illo, quod honestum intellegimus, pugnare id videbitur, quod appellamus utile, formula quaedam constituenda est; quam si sequemur in comparatione rerum, ab officio numquam recedemus.

Erit autem haec formula Stoicorum rationi disciplinaeque maxime consentanea: quam quidem his libris propterea sequimur, quod, quamquam et a veteribus Academicis et a Peripateticis vestris, qui quondam iidem erant, quae honesta sunt, anteponuntur iis, quae videntur utilia; tamen splendidius haec ab eis disserentur, quibus, quicquid honestum est, idem utile videtur, nec utile quicquam, quod non honestum; quam ab iis, quibus et honestum aliquid non utile, aut utile non honestum. Nobis autem nostra Academia magnam licentiam dat, ut, quodcumque maxime probabile occurrat, id nostro iure liceat defendere. Sed redeo ad formulam.

Detrahere igitur alteri aliquid, et hominem hominis incommodum suum commodum augere, magis est contra naturam quam mors, quam paupertas, quam dolor, quam cetera, quae possunt aut corpori accidere aut rebus externis. Nam principio tollit convictum humanum et societatem. Si enim sic erimus affecti, ut propter suum quisque

emolumentum spoliet aut violet alterum, dirumpi necesse est eam, quae maxime est secundum naturam, humani generis societatem.

Todavia, quando há algum ato, no qual os deveres incompletos apresentam-se, isto parece estar completo por inteiro, pois a massa popular quase não reconhece o que distaria do perfeito, porém, até o ponto que ela conhece, nada julga omissos. Pois o mesmo acontece nas poesias, nas pinturas e em muitas outras coisas, pois seriam louvadas e os ignorantes adorariam as coisas, as quais não devem ser louvadas. Por esse motivo, acredito que há naquelas algo de probó, que captaria os ignorantes, os quais não poderiam julgar o que em cada coisa haja de vício. E assim quando são ensinados pelos peritos, afastam-se facilmente desta opinião. Pois estes deveres, sobre os quais dissertamos nestes livros, da mesma forma que [os estoicos] dizem algumas coisas honestas serem secundárias, não são só próprios aos sábios, como também comuns a todo tipo de homens.

E assim todos, nos quais há algo natural de virtude, são movidos por aqueles deveres. E, em verdade, quando os dois Décios ou os dois Cipiões são recordados como fortes homens, ou como Fabrício, [ou Aristides]⁴⁷, é chamado o Justo, o exemplo daqueles de força, ou destes de justiça não é objetivado como exemplo de sábio. De fato, nenhum destes é sábio, como queremos sábio ser entendido, nem aqueles que foram tidos e chamados de sábios, Marcos Catão e Cláudio Lélío⁴⁸, nem aqueles sete⁴⁹, certamente, mas com a abundância de deveres incompletos, geravam certa semelhança a sábios e uma espécie de sabedoria.

Por conseguinte, é nefasto ser igualado isso, o que em verdade é honesto, à oposição da utilidade, nem aquilo que geralmente chamamos de honesto, que é cultivado por aqueles que desejam ser tidos como bons homens, há de ser comparado algum dia com ganhos pessoais. E tanto isso honesto, que recai em nosso conhecimento, quanto aquilo que é propriamente e em verdade é honesto aos sábios, deve ser observado e conservado por nós. De diferente forma, de fato, não pode ser tido, se aquela gradação à virtude é feita. Mas, em verdade, são suficientes estas palavras sobre aqueles que são considerados bons pela conservação dos deveres.

Porém aqueles que medem todos atos pelos seus ganhos e interesses, e não desejam estes serem preponderados pela honestidade, costumam na deliberação comparar o honesto com aquilo que julgam útil, bons homens não costumam fazer isso. E assim, quando Panécio teria dito

⁴⁷ A questão de ter Cícero posto na enumeração Aristides ou não se deve ao fato dele só citar homens romanos, a esta exceção. Os pesquisadores divergem sobre se teria o orador citado ou não o grego. Nossa base de partida, o texto estabelecido por Holden, apresenta exatamente [*aut Aristides*].

⁴⁸ Caio Lélío, o Sábio, amigo íntimo de Cornélio Cipião Emiliano, lutou em Cartago em 146, depois foi pretor na região da Espanha e cônsul em 132, quando ajudou na condenação de Tibério Semprônio Graco. Seu nome faz parte das personagens ciceronianas em *De Amicitia* e *De Republica*.

⁴⁹ Os sete sábios gregos: Tales de Mileto, Periandro de Corinto, Pítaco de Mitilene, Bias de Priene, Cleóbulo de Lindos, Sólon de Atenas, Quílon de Esparta.

“os homens estarem habituados a hesitar naquela comparação”, considero ele ter tentado isso mesmo, pois teria dito simplesmente “estar habituado”, e não “ser necessário”. Porquanto não apenas estimar muito mais o que pareça útil como o que seria honesto, mas também comparar esses atos entre si e hesitar nelas é torpíssimo. O que há, portanto, que costumaria trazer a dúvida de vez em quando e pareça como digno de observação⁵⁰? Creio, toda vez que acontece uma dúvida, “de que natureza seria isso”, refletir-se-ia sobre.

Acontece isso muitas vezes⁵¹, de fato, quando algo que costumaria ordinariamente ser tido torpe, seja sabido não ser torpe. Algo seja exposto como exemplo, que se estenda mais abrangentemente: qual crime maior do que matar não apenas o homem, mas também ele sendo compatriota? Portanto, acaso cometeria crime alguém que mata o tirano ainda que compatriota⁵²? Na verdade não é parece isso ao povo romano, que dentre todos ilustres fatos, estima o mais belo. Então a utilidade venceu a honestidade? Na verdade o contrário, a honestidade seguiu a utilidade. E assim algum cenário⁵³ deve ser constituído, para que possamos distinguir sem erro algum, se quando com o que julgamos honesto parecerá chocar-se contra aquilo que chamamos de útil; se seguiremos na comparação das coisas, do dever nunca nos afastaremos.

Porém essa norma estará na máxima harmonia para com o sistema e a doutrina dos estoicos. Na verdade, o quanto os seguimos nestes livros, posto que tanto pelos antigos Acadêmicos quanto por vossos Peripatéticos – que outrora eram os mesmos – as coisas honestas são antepostas àquelas, as quais são vistas úteis; todavia estas são expostas mais esplendidamente por aqueles, pelos quais qualquer coisa honesta, a mesma parece útil e tudo aquilo que não é útil, não é visto ser honesto, do que por aqueles, pelos quais tanto todo o honesto não é útil, quanto o útil não é honesto. Mas nossa Academia nos dá grande liberdade, para que seja permitido defender por nossa razão qualquer coisa que pareça mais provável⁵⁴. Mas volto ao cenário.

Pois, o homem roubar algo de outro, e aumentar seu lucro pelo prejuízo doutrem⁵⁵, é mais contra a natureza que a morte, que a

⁵⁰ Para maior fluência, traduzimos a ideia em si, fugindo totalmente da sintaxe usada por Cícero, já que não há gerundivo em língua portuguesa e a expressão usada para tradução usualmente, no caso “dever ser observado”, não preencheria a ideia como um todo.

⁵¹ A tradução literal seria “muitas vezes, de fato, é feito ocasionalmente”

⁵² Possível referência a Brutos e César.

⁵³ Cícero se refere aqui ao cenário construído pelo pretor, após ouvir ambos os lados numa disputa jurídica, para que seja apresentada aos juízes uma questão legal com base nos fatos.

⁵⁴ A lógica ciceroniana, a mesma dos Céticos, é que não há verdade ou inverdade, mas algo mais provável e algo menos provável na filosofia.

⁵⁵ O vocábulo usado é “hominis”, Cícero está claramente falando do prejuízo do homem causado pelo homem, mas a tradução fica mais clara se substituído pelo pronome “outrem”.

pobreza, que a dor, que o resto que pode⁵⁶ acontecer ou pelo corpo, ou por propriedades materiais. Pois, primeiro, torna impossível a convivência humana e a sociedade. Se, de certo, assim formos afetados, quando cada um despoje ou viole o outro em seu próprio benefício; então aquela que é mais segundo a natureza é necessário ser rompida, a sociedade do gênero humano. (*De Officiis III, 15 -21*)

Tomamos daí que, apesar de partir de concepções filosóficas que refratam uma realidade grega, Cícero toma como padrão de comparação os *exempla romana*, como os Décios e os Cipiões. Não só esses exemplos, como durante todo o livro são tomados exemplos romanos prioritariamente, ainda que fábulas e casos gregos também sejam tomados para análise.

Parece-nos claro que na *Res Publica*, desde seu princípio, é demonstrada, através de seus *exempla*, uma neutralidade em relação aos fatos em si, levando em consideração a sua justificativa: qualquer ação e consequência, se benéfica ao bem comum, ou seja, a *Res Publica* propriamente dita, seria suportável e de acordo com as leis. Daí o *exemplum* de Lucrecia logo na passagem do período régio ao regime consular, que abre mão de sua própria vida em nome da honra de sua *Gens*, após ter sido estuprada, dando início a uma série de revoltas, que culminariam com a expulsão dos etruscos - incluindo o rei, Tarquínio -, e origem a *Res Publica Romana*. Não só no início, mas durante todo o período republicano, é vista a necessidade de superação dos males internos e externos ao corpo do indivíduo em prol do bem maior. E a aceitação de tal fato, como demonstra Cícero, é viver virtuosamente segundo os preceitos não somente estoicos de Panécio, mas também dos preceitos republicanos de Roma.

Por conseguinte, a adoção dos pressupostos morais de Panécio se tornava mais fácil e agradável ao homem romano republicano, incluindo o grande orador, se vista enquanto real prática romana. Este ainda torna mais apazível a tarefa de leitura ao usar *exempla* históricos romanos e casos que seriam de grande repercussão forense em seu tempo. Por isso não é de se estranhar sua aceitação e sua repercussão ao longo do tempo, ao contrário de outras obras do mesmo orador, que não sobreviveram até nós, seja por secular falta de interesse, seja por não corresponder às linhas de pensamento

⁵⁶ O original está no plural, mas a construção não se aproxima do português contemporâneo, por isso a escolha pelo singular

que viriam depois, principalmente da passagem da Idade Antiga à Idade Média e à Renascença.

4.2 Traços epistolográficos no *De Officiis* III

4.2.1 A introdução como fórmula e estruturas comuns à epistolografia

Ainda que o livro III obviamente não seja o primeiro, em seu início podemos identificar alguns traços de uma introdução epistolar e a retomada do início do livro I, principalmente o que trata do motivo da escrita e em que estado o autor a escreveu, além da saudação. Isso podemos ver nos seis primeiros parágrafos:

P. Scipionem, Marce fili, eum, qui primus Africanus appellatus est, dicere solitum scripsit Cato, qui fuit eius fere aequalis, numquam se minus otiosum esse, quam cum otiosus, nec minus solum, quam cum solus esset. Magnifica vero vox et magno viro ac sapiente digna; quae declarat illum et in otio de negotiis cogitare et in solitudine secum loqui solitum, ut neque cessaret umquam et interdum conloquio alterius non egeret. Ita duae res, quae languorem afferunt ceteris, illum acuebant, otium et solitudo. Vellem nobis hoc idem vere dicere liceret, sed si minus imitatione tantam ingenii praestantiam consequi possumus, voluntate certe proxime accedimus; nam et a re publica forensibusque negotiis armis impiis vique prohibiti otium persequimur et ob eam causam urbe relicta rura peragrantes saepe soli sumus.

Sed nec hoc otium cum Africani otio nec haec solitudo cum illa comparanda est. Ille enim requiescens a rei publicae pulcherrimis muneribus otium sibi sumebat aliquando et coetu hominum frequentiaque interdum tamquam in portum se in solitudinem recipiebat, nostrum autem otium negotii inopia, non requiescendi studio constitutum est. Extincto enim senatu deletisque iudiciis quid est, quod dignum nobis aut in curia aut in foro agere possimus?

Ita qui in maxima celebritate atque in oculis civium quondam vixerimus, nunc fugientes conspectum sceleratorum, quibus omnia redundant, abdimus nos, quantum licet, et saepe soli sumus. Sed, quia sic ab hominibus doctis accepimus, non solum ex malis eligere minima oportere, sed etiam excerptare ex his ipsis, si quid inesset boni, propterea et otio fruor, non illo quidem, quo debeat is, qui quondam peperisset otium civitati, nec eam solitudinem languere patior, quam mihi adfert necessitas, non voluntas.

Quamquam Africanus maiorem laudem meo iudicio assequatur. Nulla enim eius ingenii monumenta mandata litteris, nullum opus otii, nullum solitudinis munus extat. Ex quo intellegi debet illum mentis agitatione investigationeque earum rerum, quas cogitando consequatur, nec otiosum nec solum umquam fuisse. Nos autem, qui non tantum roboris habemus, ut cogitatione tacita a solitudine

abstrahamur, ad hanc scribendi operam omne studium curamque convertimus. Itaque plura brevi tempore eversa quam multis annis stante re publica scripsimus.

Sed cum tota philosophia, mi Cicero, frugifera et fructuosa nec ulla pars eius inculta ac deserta sit, tum nullus feracior in ea locus est nec uberior quam de officiis, a quibus constanter honesteque vivendi praecepta ducuntur. Quare, quamquam a Cratippo nostro, principe huius memoriae philosophorum, haec te assidue audire atque accipere confido, tamen conducere arbitror talibus aures tuas vocibus undique circumsonare, nec eas, si fieri possit, quicquam aliud audire.

Quod cum omnibus est faciendum, qui vitam honestam ingredi cogitant, tum haud scio an nemini potius quam tibi; sustines enim non parvam expectationem imitandae industriae nostrae, magnam honorum, non nullam fortasse nominis. Suscepisti onus praeterea grave et Athenarum et Cratippi; ad quos cum tamquam ad mercaturam bonarum artium sis profectus, inanem redire turpissimum est dedecorantem et urbis auctoritatem et magistri. Quare quantum coniti animo potes, quantum labore contendere, si discendi labor est potius quam voluptas, tantum fac ut efficias neve committas, ut, cum omnia suppeditata sint a nobis, tute tibi defuisse videare. Sed haec hactenus; multa enim saepe ad te cohortandi gratia scripsimus; nunc ad reliquam partem propositae divisionis revertamur.

Marcos, meu filho, Catão⁵⁷ escreveu que o primeiro a ser chamado de Africano – Públio Cipião⁵⁸ –, que⁵⁹ era um pouco mais velho, costumava dizer que nunca estava menos ocioso que quando ocioso, nem menos só, que quando estivesse só. Em verdade, a louvável voz, digna de um grande e sábio homem, declara que ele no ócio pensa nas obrigações cívicas⁶⁰ e na solidão costumava a falar consigo mesmo, para que nem cessasse algum dia, nem carecesse por vezes da prática de conversar com outrem. Assim, duas coisas, o ócio e a solidão, que trazem cansaço aos outros, estimulavam-no. Gostaria que fosse lícito dizer o mesmo sobre nós, mas se não podemos buscar tanta superioridade de caráter pela imitação, chegamos perto pela vontade. Perseguimos o ócio, afastados da república e dos afazeres do foro pela força e armas ímpias, e por isso, abandonada a Cidade, com frequência estamos sós, errantes pelos campos.

Mas não deve este ócio ser comparado ao do Africano, nem esta solidão com aquela. Ele descansando, de fato, por vezes tomava para

⁵⁷ Catão, o Velho, viveu entre os séculos III e II.

⁵⁸ Públio Emiliano Cipião, teve um papel de destaque na vitória da Segunda Guerra Púnica.

⁵⁹ Para que a ordem oracional ficasse de forma mais retilínea, invertemos o sujeito e o objeto nesta oração. Assim, enquanto no texto latino, o pronome relativo retoma Catão como sujeito, aqui fazemos a inversão, trazendo Públio Cipião como sujeito da oração.

⁶⁰ Não temos em língua portuguesa um sintagma direto que traduza de forma próxima o *negotium* (*nec otium*), pois no caso de Cícero, não se refere a nossa concepção ideológica mercantil de negócio. Daí nossa busca por uma expressão que trouxesse o ideal político concernente ao termo.

si o ócio distante⁶¹ dos belíssimos ofícios da república e fora das reuniões dos homens e da multidão durante esse tempo e se retirava à solidão como se a um porto. Pelo contrário nosso ócio é imposto pela falta de obrigações cívicas, não tem um desejo de descansar. De fato, extinto o senado e aniquilados os juízes⁶², o que há de digno para nós, que possamos fazer seja no foro, seja na cúria?

Nós que, embora outrora tivéssemos vivido na máxima fama e também aos olhos dos cidadãos⁶³, agora, fugindo da vista dos ímpios⁶⁴, dos quais tudo inunda, afastamo-nos o quanto é lícito⁶⁵, e com frequência estamos sós. Mas ainda assim ouvimos dos homens doutos não só ser possível escolher os menores dentre os males, como também extrair destes mesmos algo de bom, se houver. Por isso gozo do ócio, certamente não daquele, o qual deveria ser aproveitado por quem outrora teria dado origem ao ócio para os cidadãos, nem desta solidão – que a necessidade, não a volição, me traz – abater-me soffro.

Todavia o Africano alcançava o maior louvor no meu julgamento. Com efeito, nenhum relato histórico de seu talento, nenhum trabalho proveniente do ócio, nenhuma obra proveniente da solidão ainda sobrevive: disto, deve ser conhecido que, na agitação da alma e na investigação daquelas coisas, às quais ele direcionou seu pensamento⁶⁶, ter sido ele nem ocioso, nem só. Contudo nós, que não temos tanta força, para que em pensamento tácito sejamos afastados da solidão, voltamos a este trabalho de escrever sobre todo estudo e preceito. E assim, deposta a república, escrevemos mais em breve tempo do que em muitos anos.

Mas, meu Cícero, ainda que toda filosofia seja fértil e frutífera, e que parte nenhuma desta esteja não cultivada, nem esteja abandonada, então nenhum tema é mais fértil, nem mais abundante na filosofia, quanto sobre os deveres, pelos quais os preceitos para viver são conduzidos com constância e de forma virtuosa. Todavia, ainda que confie em ti para ouvir assiduamente e aceitar estes preceitos através

⁶¹ O sintagma *a rei publicae pulcherrimus muneribus* é, sem dúvida, complemento do verbo *requiesco*, que está no particípio presente no início da oração. Mas acreditamos que o sentido de afastamento dado pela preposição é na verdade um reforço dado por Cícero para ênfase no distanciamento do sujeito, repetido pelo sintagma, já sem preposição, *coectu hominum*. Daí nossa tradução para que tal ênfase fosse mantida.

⁶² Cássio e Bruto, tidos como responsáveis diretos pelo assassinato de César, então perseguidos como criminosos por Marco Antônio.

⁶³ Cícero faz aqui uma distinção muito grande ao usar *civium* e não outra palavra. Fala estritamente dos cidadãos – aqueles que tem os direitos e deveres de um romano.

⁶⁴ Referência aos homens de Otávio e Marco Antonio, além dos veteranos de César.

⁶⁵ O uso de *licet* aqui deixa claro que Cícero não foge de território romano e asila-se em outro lugar, pois tal fuga seria considerado fora do que é devido por costumes, tão caros, romanos.

⁶⁶ A tradução literal seria “as quais refletindo ele perseguiu”, mas trazem Peabody e Holden em suas edições a possibilidade usada como sentido geral da oração.

de nosso Crátipo⁶⁷, principal dentre os filósofos desta minha memória, ainda assim julgo ser proveitoso soar por todos os lados teus ouvidos com tais vozes e, se possa ser feito, nenhum outro.

Pois como isso deve ser feito por todos que cogitam começar uma vida honesta, então não sei [se isto deve ser feito por] ninguém antes de ti. Sustentas não pequena expectativa de imitar nossas atividades, grande expectativa de honras, talvez alguma de renome. Tomastes para ti o grave peso, além disso, tanto de Atenas e de Crátipo, desde que aos quais terias ido procurar, como que a obter boas artes, voltar vazio é torpíssimo, difamando a autoridade tanto da cidade, quanto do mestre. Por isso esforçar-te e buscar o quanto podes com animo e trabalho – se o labor de aprender é preferível à volúpia – faz tu que cumpras tanto e não peques, de modo que te pareça tu ter falhado para contigo, quando tudo esteja provido por nós. Mas isto é suficiente, de fato, escrevemos frequentemente a ti para encorajar. Agora voltemos às partes restantes da divisão proposta.

Primeiro nos chama a atenção quando Cícero alerta seu filho no sexto parágrafo, alegando que tudo o que é necessário para que ele estude na Grécia, está garantido. Cícero diz a Ático, em uma de suas cartas (*Ad Atticum* XV.15.4) acerca dos custos dos estudos do filho, que seriam pagos com o dinheiro de aluguéis de imóveis de Terência, cerca de cem mil sestércios anuais. Aparentemente, o orador lembra isto porque o filho reclamara a um liberto do pai que o dinheiro não era suficiente e não recebia mais nada há alguns meses.

Tal informação é pessoal e não caberia num manual ou tratado de moral, como normalmente é tido o *De Officiis*, como podemos ver em Conte (1999: 195) “*It is a treatise, not a dialogue, dedicated to Cicero’s son Marcus*”⁶⁸; e conforme Miller (1913: XIII), “*The cap-sheaf of Cicero’s ethical studies is the treatise on the Moral Duties.*”⁶⁹. Tal definição parece ser assumida também por outros teóricos ingleses e franceses. Contudo, tal afirmativa cai por terra se levarmos em conta os dados pessoais inseridos na obra, não só a questão da manutenção e consequente gasto financeiro com a educação grega do filho de Cícero, como também os locais pelos quais Cícero se esconde ao fugir de Marco Antônio, quando, logo no final do primeiro parágrafo, afirma

⁶⁷ Crátipo, proeminente filósofo peripatético que nasceu em Pérgamo. Posteriormente passa a usar os *praenomina* de Cícero, chamando-se então Marco Túlio Crátipo, pois Cícero lhe garante a cidadania romana. Passa a ensinar em Atenas, através da influência do grande orador, cujo filho vai até a cidade grega para tomar lições de filosofia.

⁶⁸ “É um tratado, não um diálogo, dedicado ao filho de Cícero, Marcos”.

⁶⁹ “O carro chefe dos estudos éticos de Cícero é o tratado sobre os deveres morais”.

estar fora de Roma e peregrinar pelos campos. Não seria de muita dificuldade para Marco Antônio ou qualquer outro achá-lo, uma vez que seria uma referência clara a suas *villae*, sendo as principais em Túsculo, Arpino e Sícilia.

A quantidade de informações pessoais tanto de Cícero, quanto de seu filho, é muito grande logo no começo, para que aceitemos como um tratado filosófico com uma homenagem nominal a alguém, como o próprio orador faz, mas em uma construção com menos informações sobre si e sobre o outro. Da mesma forma também não é percebido nos outros diálogos tamanha explanação sobre fatos que o incomodam e o deixam amargo, como nos parágrafos 3 e 4, quando demonstra um grande ressentimento por não ser mais reconhecido como o *Pater Patriae*, título que recebera após a morte de Catilina e de seus comparsas. A construção comparativa, entre o próprio autor e um dos maiores nomes da *Res Publica*, que permeia o início da obra é senão uma justificação do porquê ele se volta à Filosofia, sem dúvida, mas também é uma forma dele próprio recuperar o seu valor enquanto um dos símbolos da *Res Publica*, o que fica latente, quando inicia o parágrafo 3, afirmando não viver mais sob os olhos do povo e não ter mais a fama e a glória das quais gozava anteriormente.

Já nos parágrafos 5 e 6, fica latente o turno de um diálogo entre Cícero e seu filho, já que este, não tendo optado pelas preferências filosófico-acadêmicas do pai, deveria ouvir as palavras paternas em relação aos ensinamentos filosóficos, se possível, como podemos ler no final do parágrafo 5. Sobre escrever a seu filho acerca dos deveres, Cícero já havia discutido com Ático, afirmando que, entre pai e filho, não há assunto melhor. Ora, para a construção de um etos paterno, e outro filial, como assim Cícero deixa claro, há de ser uma carta, não um tratado, pois, ainda que sirva a outros jovens em situação semelhante, a obra foi pensada considerando o conhecimento peripatético do filho e da situação vivida pelo pai.

E se tivermos em mente que a carta é um turno de um diálogo, que por sua vez é falado, enquanto a escrita seria, no caso epistolográfico, um mero mecanismo de “voz escrevível”, conforme nome dado por Desbordes (1995), o arpinino explicita esse caráter epistolográfico de usar o termo *vox* ao se referir a sua obra, nos parágrafos 5 e 6. Assim, a obra é de um significado epistolográfico, ou, mantém uma comunicação com alguém distante no espaço-tempo.

Podemos ver, enfim, que apesar da ausência das estruturas clássicas, que há outras estruturas de coesão textual externa a sua comunidade, permissora de sua concepção, e que atestam uma comunicação legítima entre os interlocutores. A presunção de informações pessoais e de explanação sentimental não são esperadas, nem comuns a um tratado, mas sim a uma carta. Parece-nos, portando, que, realmente, não se trata de uma carta comum, como aquelas previstas por Demétrio, nem escritas por Cícero a Bruto ou a Ático, e que isso não exclui a possibilidade de percepção de um fazer epistolográfico.

4.2.2 A estrutura de fechamento no *De Officiis*

Já o final, há uma despedida clássica de uma epístola, conforme as descrições clássicas. Trata-se exatamente do último parágrafo, §121, da obra:

Habes a patre munus, Marce fili, mea quidem sententia magnum, sed perinde erit, ut acceperis. Quamquam hi tibi tres libri inter Cratippi commentarios tamquam hospites erunt recipiendi: sed, ut, si ipse venissem Athenas, quod quidem esset factum, nisi me e medio cursu clara voce patria revocasset, aliquando me quoque audires, sic, quoniam his voluminibus ad te profecta vox est mea, tribues eis temporis, quantum poteris, poteris autem quantum voles. Cum vero intellexero te hoc scientiae genere gaudere, tum et praesens tecum propediem, ut spero, et dum aberis, absens loquar. Vale igitur, mi Cicero, tibi que persuade esse te quidem mihi carissimum, sed multo fore cariorem, si talibus monumentis praeceptisque laetabere.

Tens um grande trabalho do pai, Marcos meu filho, em verdade, conforme meu julgamento, mas ele será como tiveres recebido. Contudo, estes três livros por ti deverão ser acolhidos como externos entre os comentários de Crátipo; mas como se eu mesmo tivesse ido a Atenas, o que em verdade seria feito, se a pátria com voz clara não tivesse me chamado de volta no meio do curso, outrora do mesmo modo ouvirias, assim, depois que nestes volumes minha voz a ti foi enviada, gastarás o tempo com estes o quanto puderes, todavia, poderás o quanto desejares. Quando em verdade tiver conhecido eu tu gozares neste gênero de ciência, então tanto presente em breve contigo, como espero, quanto enquanto ausentares, ausente eu fale. Adeus, portanto, meu Cícero, convença tu a ti mesmo seres caríssimo a mim, mas haver de seres o muito mais caro, se regozijares-te com tais escritos e preceitos.

O que nos chama primeiro a atenção é a presença da *Formula Valetudinis*, ainda que em sua forma reduzida, *Vale* (adeus), na última frase, enquanto que, na frase exatamente anterior, há a comum promessa de breve reencontro entre destinatário e

emissor. Essas são algumas das principais características do gênero epistolográfico, como já afirmado em capítulo anterior, e sem dúvida seu uso não foi meramente ocasional. Mais ainda seguida por expressões de apreço sentimental paterno, como o adjetivo *carissimum*, “caríssimo” e o uso do pronome possessivo, demonstrando afeto, no vocativo, *mi Cicero*, “meu Cícero”.

Ademais fica claro que Cícero só escreve uma vez que não pode estar presente, pois a pátria o chamara de volta. Diz que, em vez de lê-lo, ou ouvir um escravo o fazendo, ouviria a voz de seu pai, todavia, forçada a ausência, a “voz escrevível” é o caminho tomado, escolhido para que se façam presentes as palavras do pai ao filho, principalmente quando faz uso da expressão *absens loquar*, “ausente falar”. Isso, portanto, caracteriza a função primordial da carta, o turno de um diálogo, ainda que este se pareça mais, a priori, com um monólogo: de fato não há monólogo em uma carta, assim como em gênero algum, pois a presunção e antecipação de respostas é latente, como podemos ver no supracitado parágrafo, quando Cícero aceita que o filho receba e julgue o pensamento ético ciceroniano da forma que lhe couber.

E além da presença de uma voz coenunciando e presumível a partir da voz enunciada, há também a construção de uma forte imagem sentimental da relação paterno-filial. Uma obra que faça somente uma dedicatória a determinada pessoa, no caso ao filho, não demonstraria tal apreço, assim como também não faria uso da *Formula Valetudinis*. Não obstante, o uso do termo *volumen*, “volume”, que não corresponde ao sentido atual da palavra de uma unidade em relação a um conjunto plural, mas sim de um rolo de papiro, já pronto e embalado para envio, assim caracterizando o envio em si. Sem dúvida, em algum momento a carta deveria ser um volume, ou mais de um, donde podemos lembrar dos mais de dez livros, ou volumes, escritos pelo arpinino e publicados *post mortem* por seu escravo liberto Tirão.

Neste último parágrafo Cícero usa cinco termos diferentes para fazer referência ao escrito, *munera*, *monumenta*, *libri*, *volumina* e *praecepta*. Nenhum deles faz necessariamente referência ao Gênero Discursivo, mas ao conteúdo e formato físico. *Munus* faz referência a um grande trabalho, por vezes ao último realizado antes da morte - como no caso dos trabalhos fúnebres -, portanto, liga-se a ideia do processo de escrita e de sua dificuldade; *monumentum (otii)* é comumente usado para se referir ao

legado escrito dum ou doutro, principalmente quando atrelada a composição ao ócio com dignidade; *liber* faz referência não só ao produto final da escrita, como também à noção de obra escrita completa, sem referência ao meio físico usado na composição - papiro, tabuinhas, obeliscos de pedra etc; *volumen* é exatamente o resultado final de um escrito em papiro, assim, podemos atestar qual fora o meio usado na composição final, e não nos surpreende - uma vez que era o principal material para escritos definitivos e que precisassem ser transportados, como uma epístola; *praeceptum* diz respeito ao conteúdo, a temática tratada, preceitos morais, o que não limita necessariamente o gênero discursivo, principalmente no caso epistolar, que tende a todo e qualquer tema. Assim, nenhum dos termos usados por Cícero faz referência direta ao gênero da obra, mas ao tema, meio de transmissão e de composição.

4.2.3 A questão do diálogo e a presença da segunda pessoa do singular

Como já visto, há a explícita presença do vocativo nomeando o destinatário epistolar, *Cicero*, na abertura, usado com *fili* - forma reduzida do vocativo do substantivo, que por vezes pode também ser entendido com um valor adjetival, *filius*, e no fechamento com *mi* - forma reduzida do vocativo do pronome adjetivo *meus*. Assim, há, tanto na saudação quanto na despedida, um destinatário muito específico, não só pelo sobrenome em comum, mas como pelos substantivo e pronome, demonstrando afeto, *filius*, “filho”, *meus*, e “meu”. Há também, em ambas as passagens, o estabelecimento da específica relação paterno-filial, o que não acontece em outras obras de cunho filosófico que Cícero compôs e que tinham uma dedicatória específica - em parte homenagens póstumas.

Contudo, a presença da segunda pessoa é constante durante toda a obra, não só nos já citados excertos. Nos parágrafos 30 a 32 podemos ver o uso do pronome “Tu”, não tradicionalmente explícito, salvo em casos de ênfase:

Haec ad iudicandum sunt facillima. Nam si quid ab homine ad nullam partem utili, utilitatis tuae causa detraxeris, inhumane feceris contraque naturae legem: sin autem is tu sis, qui multam utilitatem rei publicae atque hominum societati, si in vita remaneas, afferre possis, si quid ob eam causam alteri detraxeris, non sit reprehendum. Sin autem id non sit eiusmodi, suum cuique incommodum ferendum est potius, quam de alterius commodis detrahendum. Non igitur magis est contra naturam morbus aut egestas aut quid eiusmodi, quam detractio

atque appetitio alieni: sed communis utilitatis derelictio contra naturam est; est enim iniusta.

Itaque lex ipsa naturae, quae utilitatem hominum conservat et continet, decernet profecto, ut ab homine inerti atque inutili ad sapientem, bonum, fortem virum transferantur res ad vivendum necessariae, qui si occiderit, multum de communi utilitate detraxerit – modo hoc ita faciat, ut ne ipse de se bene existimans seseque diligens hanc causam habeat ad iniuriam. Ita semper officio fungetur utilitati consulens hominum et ei, quam saepe commemoro, humanae societati.

Nam quod ad Phalarim attinet, perfacile iudicium est. Nulla enim societas nobis cum tyrannis, et potius summa distractio est, neque est contra naturam spoliare eum, si possis, quem est honestum necare, atque hoc omne genus pestiferum atque impium ex hominum communitate exterminandum est. Etenim ut membra quaedam amputantur, si et ipsa sanguine et tamquam spiritu carere coeperunt, et nocent reliquis partibus corporis, sic ista in figura hominis feritas et inmanitas beluae a communi tamquam humanitate corporis segreganda est. Huius generis quaestiones sunt omnes eae, in quibus ex tempore officium exquiritur.

Esses exemplos são fáclimos de julgar. Pois, se o que tiveres roubado de um homem completamente inútil em benefício próprio, terás feito desumanamente e contra a lei da natureza. Porém, se tu fosses aquele que, em vida⁷⁰, possas trazer muita utilidade à sociedade dos homens e também à república, se por esse motivo tiveres roubado dos bens do outro, isso não deva ser repreendido. Se, porém, isso não seja deste modo, é mais importante para qualquer um dever ser suportada sua moléstia do que dever ser roubado os bens doutro. Pois não é mais contra a natureza a doença, ou a pobreza, ou algo deste tipo do que a roubo e também a ânsia por aquilo que é do outro, mas o abandono da utilidade comum é contra a natureza; de fato é injustiça.

E a assim a própria lei da natureza, a qual conserva e sustenta a utilidade dos homens, decretará certamente que as coisas necessárias para viver sejam transferidas do homem inerte e inútil para homem sábio, bom, forte, que, se morresse, muito tiraria da utilidade comum: assim, deste modo faria, de forma que não tivesse essa causa como pretexto à injúria, estimando seu próprio bem ou diligente para consigo mesmo. Assim, refletindo sobre a utilidade dos homens e sobre a sociedade humana, da qual sempre recordo, cumprirá sempre com os deveres

Pois aquele exemplo que se refere a Falaride, o julgamento é fáclimo. De fato, nós não temos sociedade com tiranos, e preferencialmente há suma discórdia; e não é contra a natureza despojar aquele, se puderes, a quem é honesto matar, e todo este gênero funesto e ímpio dos homens deve ser exterminado da comunidade. Porquanto, como

⁷⁰ A tradução literal será “se permanças em vida”.

alguns membros são amputados, se os mesmos começaram a carecer de sangue como também de espírito, e fazem mal às partes restantes do corpo, assim essa barbárie na figura de homem deve ser evitada pela comunidade, tanto quanto a desumanidade da fera, tanto quanto pela humanidade do corpo. As questões desse gênero são essas todas, nas quais o dever é buscado nesta ocasião.

Ao não optar pela construção de um personagem modelo para o debate do exemplo dado, Cícero posiciona o “Tu”, explicitamente na oração “*si autem is tu sis*” (“mas se tu fosses aquele”), como a base do modelo exemplar necessário. Ao assumir a segunda pessoa do singular como referência, Cícero abre mão das possibilidades cenográficas que uma terceira pessoa - modelo criado - lhe daria, em prol de colocar o seu coenunciador direto, já nomeado, como fonte de referência para comparações.

E mais do que o uso da segunda pessoa nos verbos, ele faz uso do conhecimento deste, principalmente no parágrafo 32. Cícero fala então do assassinato de César e, consumado o fato, a ausência de um tirano em Roma e da necessidade real que se fazia de sua morte. Ora, só alguém da própria época, ou minimamente conhecedor das *Phillippicae* ciceronianas, para entender tal passagem e sua referência à situação vivida por Roma no momento da composição, e, sem dúvida, da leitura, pois ambas deveriam se dar não muito distantes temporalmente.

Um pouco mais a frente, no parágrafo 57 vemos novamente a explicitação do uso da segunda pessoa do singular:

Non igitur videtur nec frumentarius ille Rhodios nec hic aedium venditor celare emptores debuisse. Neque enim id est celare, quicquid reticeas, sed cum, quod tu scias, id ignorare emolumenti tui causa velis eos, quorum intersit id scire. Hoc autem celandi genus quale sit et cuius hominis, quis non videt? Certe non aperti non simplicis, non ingenui, non iusti, non viri boni, versuti potius obscuro, astuti, fallacis, malitiosi callidi, veteratoris, vafri. Haec tot et alia plura nonne inutile est vitiorum subire nomina?

Portanto não é visto nem aquele frumentário ter devido esconder dos de Rodes, nem este vendedor de casas dos compradores. De fato, nem sempre que não fale algo, isso é esconder, mas é quando tu conheças algo, isso, o que seria de interesse dos compradores saber, desejas eles desconhecem para aumentar teu lucro. Todavia, quem não vê que tipo de enganar seria este e este que tipo de homem? Certamente este é o tipo não do aberto, não do simples, não do ingênuo, não do justo, não do homem bom, mas é mais possível ser do arteiro, do obscuro, do astuto, do falaz, do malicioso, do engenhoso, do matreiro, do

ladino. Acaso não é inútil a alguém estar sob esta e outras designações de erros?

Neste trecho Cícero põe seu destinatário, novamente explicitando o pronome “Tu”, dentro do exemplo em questão⁷¹ - desta vez um exemplo estritamente grego. Assim, o orador não só demonstra o impute da reflexão do caso, como a presunção e antecipação da resposta às suas próprias questões. Tal estratégia retórica só se faz completa na presença de uma real audiência, não meramente de uma construção imagética abstrata, pois desta a expectativa de reação é a própria ação.

Pouco a frente, parágrafo 68, Cícero se volta novamente ao mundo romano e a uma atividade bem conhecida sua, e por consequência, de seu filho: a especulação imobiliária:

Quorsus haec? Ut illud intellegas, non placuisse maioribus nostris astutos. Sed aliter leges, aliter philosophi tollunt astutias: leges, quatenus manu tenere possunt, philosophi, quatenus ratione et intellegentia. Ratio ergo hoc postulat, ne quid insidiosae, ne quid simulate, ne quid fallaciter. Suntne igitur insidiae tendere plagas, etiam si excitaturus non sis, nec agitaturus? Ipsae enim ferae nullo insequente saepe incidunt. Sic tu aedes proscribas, tabulam tamquam plagam ponas, [domum propter vitia vendas,] in eam aliquis incurrat imprudens?

A que este exemplo se presta? Para que entendas isto: os astutos não terem agradado aos nossos antepassados. Mas de um modo as leis, de outro os filósofos afastam as trapaças: leis, até o ponto que podem pôr as mãos; os filósofos, até o ponto que podem pôr razão e inteligência. Portanto, a razão postula isso, nada seja feito perfidamente, nem fingidamente, nem falaciamente. Acaso não é emboscada estender as redes de caça, mesmo se não hajas de atrair, nem de agitar as águas? Assim, mesmo com ninguém caçando, as próprias feras muitas vezes caem nas armadilhas. Assim, se tu anunciasses uma casa, pusesses a tábua como também a armadilha, vendesses a casa com os problemas, alguém imprudente se precipitaria nela?

O uso de exemplos envolvendo a especulação imobiliária por Cícero no *De Officiis* é muito simbólico, uma vez que ele próprio e sua então ex-mulher eram ativos membros do mercado imobiliário, tanto na compra, quanto na locação de imóveis, inclusive retirando daí o sustento do filho, Marco Túlio, em Atenas. Por isso Cícero encerra a explanação do referido assunto como “para que entendas”, se referindo a tudo

⁷¹ Cícero levanta a hipótese de um vendedor de frumentos, em Rodes, subir ou não os preços de seus produtos durante um período de crise e de grande fome, mesmo ele sabendo que tal período acabará em breve. Pela localização em que se passa o caso, é provável que seja um exemplo de Panécio.

o que foi discutido sobre uma das principais atividades da família do jovem estudante, tanto por parte paterna, quanto materna. Não por acaso a escolha de tal tema se dá com exemplos romanos e bem próximos à época, não mais de um século de diferença entre o acontecido e a escritura da obra.

E já no final da obra, parágrafo 97, Cícero toma outro exemplo grego, agora homérico⁷², e não coloca seu filho na mesma posição, mas argumenta sobre seu entendimento acerca do assunto:

Utile videbatur Ulixi, ut quidem poetae tragici prodiderunt - nam apud Homerum, optimum auctorem, talis de Ulixe nulla suspicio est -, sed insimulant eum tragoediae simulatione insaniae militiam subterfugere voluisse. Non honestum consilium, at utile, ut aliquis fortasse dixerit, regnare et Ithacae vivere otiose cum parentibus, cum uxore, cum filio. Ullum tu decus in cotidianis laboribus cum hac tranquillitate conferendum putas? Ego vero istam contemnendam et abiciendam, quoniam quae honesta non sit ne utilem quidem esse arbitror.

Em verdade, parecia a Ulisses útil seu plano, como os poetas trágicos deram a conhecer⁷³ - pois junto a Homero, o melhor autor, não há tal suspeita sobre Ulisses, mas as tragédias acusam-no de ter desejado fugir do serviço militar através de um simulação de demência. Não é honesta a deliberação, por outro lado útil, como alguém talvez tenha dito, reinar e viver em Ítaca ociosamente com os pais, com a esposa, com o filho. Tu julgas que deva ser unida alguma honra com esta tranquilidade nos trabalhos cotidianos? Eu, verdadeiramente, observo isto dever ser desprezado e dever ser renunciado, visto que aquela não seja honesta, nem ser útil, em verdade.

Ao fazer a pergunta, mas sem partículas interrogativas que demonstrem a expectativa de resposta - como *ne* (expectativa neutra) ou *nonne* (expectativa negativa) -, Cícero demonstra não só simplesmente reconhecer a possível resposta de seu filho - a partir dos ensinamentos peripatéticos⁷⁴ -, mas inserir o questionamento para que ele mesmo possa se posicionar. Assim, independente da diferença esperada de posição frente a tal exemplo, Cícero faz questão de mostrar seu entendimento, até porque, como já dissera nos parágrafos 5 e 6, ele está familiarizado com a escola de Crátipo, daí saber

⁷² Que tem mais do que um valor literário ao mundo grego em si. Mas também religioso, legal e histórico.

⁷³ Sófocles, Eurípedes, Pacúvio, Ácio.

⁷⁴ Que em uma situação como esta, daria maior valor à ação honesta e que se voltasse ao bem comum, mas não descartariam ações individuais e a utilidade e vantagens dessas, ainda que atribuindo menor valor.

antecipadamente a possível resposta de seu filho ao questionamento, e por seguir linha diferente de raciocínio, faz questão de levantar o seu pensamento acerca de tal assunto, de forma claramente oposta.

A partir daí também é possível observamos como Cícero transpassa os dois momentos, o grego e o romano, para a construção da filosofia latina. Se em suas obras filosóficas anteriores, boa parte se passa na Grécia ou remonta às fábulas e à literatura grega, no *De Officiis* III ele passa a usar os *exempla romana*, ainda que não abdique dos exemplos gregos. E o uso explícito do pronome “Tu”, novamente, demonstra que seu filho, o destinatário real, deve estar não somente com os casos gregos em mente, como também os romanos. Isso se dá devido à presunção de estudos gregos e de conhecimento da história e das leis romanas - esperadas de um jovem romano que estuda na Grécia, a exemplo de seu filho, levando-nos a considerar que realmente o “Tu” faça referência a Marcos Túlio.

5. Conclusão

Vemos, portanto, que a concepção de carta não deve se basear somente na relação sócio-política dos interlocutores, uma vez que tal posição é inconstante e muda ininterruptamente. Assim como a temática cabível ao gênero epistolográfico não se limita a assuntos banais e diários entre interlocutores que mantenham entre si uma amizade, a relação entre os etos construídos para enunciador e coenunciador, no caso epistolográfico, emissor e destinatário, e a temática variam interna e externamente. O tema não só muda conforme o câmbio de presunção de coenunciadores, como também é mudado pela alternância dos etos envolvidos, escolha vocabular, objetivo da comunicação, entre outros pontos que podem alterar a circulação temática.

Podemos afirmar que o Cícero, exercendo a função afetiva de um pai, escreve de uma forma, enquanto o mesmo exercendo uma função pedagógica, escreve doutra, e ainda que seu coenunciador seja o mesmo em ambos os casos, a sua relação com o primeiro, o enunciador, muda, uma vez que o posicionamento discursivo deste mudou. Pensando no caso do *De Officiis*, se ora Cícero escreve a seu filho Marco Túlio enquanto um pai preocupado com as necessidades do filho, não de semelhante maneira se apresenta a relação entre ambos na citada obra: agora a relação é uma relação paterno-pedagógica.

Considerar o *De Officiis*, do qual analisamos o livro III, uma simples obra de cunho ético, ou de moral prática, é não estar atento a suas estruturas discursivas internas, sua relação com a realidade externa e concomitante a sua realidade interna, e a sua concepção prévia - como a definição de tema e discussão sobre tradução de significados filosóficos para a concepção do trabalho ciceroniano. Não podemos negar uma circulação temática sobre ética e, principalmente no livro três, a aplicação prática

da moral estoica na vida do romano, mas isso por si só não enquadra a obra em um gênero discursivo.

Se entendido o discurso enquanto fruto da correlação de uma sociedade e de um texto que coexistem no mesmo lugar e tempo, a análise apenas textual - principalmente apenas temática - é insuficiente, pois não comportaria todas as relações internas ao texto, como bem elucida Maingueneau, ao compor sua teoria de Semântica Global. Por conseguinte, a análise apenas da sociedade também se faz insuficiente, uma vez que só podemos identificá-la e estudá-la através de seus produtos culturais, os textos e signos, linguísticos ou não. Assim se apresentaria uma correlação entre enunciador, coenunciador, tom, vocabulário, gênero discursivo, tema, meio e outros planos usados para a construção de sentidos de um discurso.

Neste caminho, ao apresentar estruturas tipicamente epistolográficas, como a *Formula Valetudinis*, o encerramento e o uso corrente da segunda pessoa para a construção de diálogos, ainda que feitos explicitamente em apenas um turno - o que não retira a real presença do discurso de outrem na voz primeira, através da assunção, previsão e preposição de respostas -, demonstram tratar-se então de uma epístola, não um manual ou compêndio moralista. Tal assertiva muda toda a possibilidade de análise dos planos envolvidos na construção de, se não todos, parte dos outros planos semânticos. Portanto, trocando a ideia de gênero textual “manual de moral prática” por “carta”, obrigatoriamente o etos ciceroniano apresentado há de ser visto de forma distinta e não correlata a um filósofo ou imitador da filosofia helênica, passando a enquadrá-lo como cidadão e pai romano, preocupado com o posicionamento moral de seu filho, alertando-o como deve se conduzir, para ser entendido como um bom homem romano.

Se antes Cícero dedicava suas obras resultantes de seu ócio a um ou outro amigo ou parente, ainda que no final seja apenas uma homenagem, não é o que percebemos no *De Officiis*, uma vez que, inclusive em conversas com Ático registradas em epístolas, a temática é digna de ser trabalhada com seu filho e, não por acaso, uma vez que assim como o sistema republicano está em queda livre e praticamente não existe mais, assim também a moral do homem republicano e seus valores estão em extinção. Parece-nos

que vem daí a real necessidade de escrever sobre tal assunto e direcionar seu filho, enquanto símbolo e continuação legítima do legado do próprio autor.

Essa nova possibilidade de análise epistolar abre um novo campo para os estudos das obras filosóficas e sua transmissão na Roma e na Grécia. Se adotarmos a possibilidade de uma temática filosófica ou pedagógica enquanto verdadeira, abriremos uma nova gama de análises dentro dos gêneros cabíveis, desde os diálogos às monografias e poderemos, então, começar a observar como se dá a escolha por determinado gênero em detrimento dos outros. Como também haverá, seguindo tal tipo de estudo, novas concepções sobre a escrita de uma forma geral, no período Clássico.

Por fim, a mudança da análise de tais pontos, pode levar-nos a entender melhor a relação entre Cícero, seu filho e a sociedade romana, além da superação da ínfima e insuficiente definição de gênero epistolar na antiguidade, já que os próprios teóricos do período antigo, principalmente Demétrio, o qual já fala na existência de mais de dez tipos epistolares, tentavam de forma incoerente negar a existência e o uso de epístolas para fins pedagógicos e filosóficos, além de retóricos, como se passa no *De Officiis* e em outros autores, gregos e latinos, que ele próprio observou o reconhecimento social.

6. Referências Bibliográficas

ACHARD, Pierre (org). *Papel da Memória*. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes Editora, 1999

AGUIAR, Mendes de; RIBEIRO, J.M. Gomes. *Grammatica Latina*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos Editor, 1924.

ALFÖLDY, Géza. *A História Social de Roma*. Trad. Maria do Carmo Cury. Lisboa: Editora Presença, 1989.

ALLEN, Archibald W. “Sincerity” and the Roman Elegists. IN: *Classical philology*, Volume XLV, number 3. SN: 1950.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12 ed. São Paulo: HUCITEC Editora, 2006.

_____. *Estética da criação verbal*. Tradução feita a partir do francês por Maria Emsantina Galvão G. Pereira revisão da tradução Marina Appenzellerl. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BOARDMAN, John; GRIFFIN, Jasper; MURRAY, Oswyn (ed). *The Oxford history of the Roman World*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

BRAREN, Ingeborg. *Por que Sêneca escreveu epístolas?* IN: *Letras Clássicas*, n. 3, pp. 39-44. São Paulo: EDUSP, 1999.

BREAL, Michel; BAILLY, Anatole. *Dictionnaire Étymologique du Latin*. Paris: Librairie Hachette, 1906.

CARDOSO, Zélia de Almeida. *A Literatura Latina*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

CAVALLO, G., FEDELI, P., GIARDINA, A. *O espaço literário da Roma antiga*. Vol I. Trad. Daniel Peluci Carrara e Fernanda Messeder Moura. Belo Horizonte: Tessitura, 2010.

CHISHOLM, Kitty; FERGUSON, John. *Rome: The Augustan Age*. New York: Oxford University Press, 1986.

CICERO, M.T. *De Officiis liber III*. Ed. Hubert Ashton Holden. 2ª ed., 9 reimpressão. Cambridge: Cambridge University Press, 1949.

_____. *De Officiis*. With An English Translation. Walter Miller. Cambridge. Harvard University Press; Cambridge, Mass., London, England. 1913.

_____. *M. Tulli Ciceronis Orationes: Recognovit brevisque adnotatione critica instruxit Albertus Curtis Clark. Albert Clark*. Oxford: Ed. Clarendoniano, 1909.

_____. *On Duties*. Ed. M.T. Griffin e E.M. Atkins. 17ª reimpressão. New York: Cambridge University Press, 2011

_____. *On the orator*. Trad. E.W.Sutton e H. Rackham. 2ª ed., London: Harvard University Press, 1948. Loeb Classical Library Collection.

_____. *Orationes – Philippics 1 – 6*. Ed. e trad. D.R. Shackleton Bailey. 1ª ed., London: Harvard University Press, 2009.

_____. *Orationes – Philippics 7 – 14*. Ed. e trad. D.R. Shackleton Bailey. 1ª ed., London: Harvard University Press, 2009.

_____. *Os Deveres*. Trad. Luiz Feracine. São Paulo: Escala, 2008.

CONTE, Gian Baggio. *Latin Literature: A history*. Transl. Joseph B. Solodow. Baltimore: John Hopkins University Press, 1999.

CORNELL, T.J. *The Beginnings of Rome*. New York: Routledge, 1995.

CORNELLI, Gabriele, COSTA, Gilmário Guerreiro (org). *Estudos Clássicos I: origem do pensamento ocidental*. Brasília: UNESCO / Archai, 2013.

- DEMETRIUS. *On Style*. Intr. e Trans. by W. Rhys Roberts. Cambridge: Cambridge University Press, 1902.
- DESBORDES, Françoise. *Concepções sobre a escrita na Roma Antiga*. Trad. Fulvia M.L. Moretto e Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- DOMINIK, W. (ed). *Roman Eloquence: rhetoric in society and literature*. London: Routledge Press, 2004.
- DUCROT, Oswald. *O Dizer e o Dito*. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes Editora, 1987.
- FANTHAM, Elaine. *Roman Literary Culture: from Cicero to Apuleius*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1999.
- _____. *The Roman World of Cicero's De oratore*. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves, 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- _____. *A hermenêutica do sujeito*. Trad. Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- _____. *A ordem do Discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 20ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- GÉLIO, Aulo. *Noites Áticas*. Trad. José Seabra Filho. Londrina: EDUEL, 2010.
- GLARE, P.G.W. (ed). *Oxford Latin Dictionary*. London: Oxford University Press, 1968.
- GRANDAZZI, Alexandre. *As origens de Roma*. Trad. Christiane Gradvohl Colas. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- GREENOUGH, J.B. et alii. *New Latin Grammar*. Boston: The Athenaeum Press, 1903.
- GRIMAL, Pierre. *História de Roma*. Trad. Rita Canas Mendes. Lisboa: Texto & Grafia, 2008.
- _____. *La Civilisation Romaine*. Barcelone: Flammarion, 2009.

HABINEK, Thomas N. *The Politics of latin literature: writing, identity and empire in Ancient Rome*. New Jersey: Princeton University Press, 1998.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990. Edições Vértice.

HARVEY, Paul. *Dicionário Oxford de Literatura Clássica*. Trad. Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2009.

KENNEY, W.J., CLAUSEN, W.V. (org.). *The Cambridge history of classical literature Vol II: latin literature, Late Republic*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

KLAUCK, Hans-Josef. *Ancient Letters and the new testament*. Trans. Daniel P. Bailey. Waco: Baylor University Press, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editora, 2008.

_____. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Trad. Freda Indursky. 3ª ed., Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. *Doze conceitos em Análise do Discurso*. Org. Sírio Possenti, Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva; trad. Adail Sobral et al. São Paulo: Parábola Editora, 2010.

MARTIAL. *Épigrammes*. Text. trad et et. par H. J. Izaac. Paris: Les Belles Lettres, 1930.

MARTIN, R.; GAILLARD, J. *Les Genres littéraires à Rome*. Paris: Éditions Nathan, 1990.

NIETZSCHE, F. *Sobre a verdade e a mentira num contexto extra-moral*. Trad. Fernando Moraes Barros. São Paulo: Editora Hedra, 2007.

PEABODY, A.P. *Ethical writings of Cicero*. Boston: Little, Brown and Company, 1887.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha. *Estudos de Cultura Clássica. II Volume- Roma*. 3ª Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

POSTER, C.; MITCHELL, L.C. (eds.) *Letter-Writing Manuals and Instruction from Antiquity to the present*. Columbia: University of South Caroline Press, 2007.

PLUTARCO. *Vida dos homens Ilustres: Demóstenes e Cícero*. Trad. Sady Garibaldi. 3ª ed. São Paulo: Atena Editôra, 1957.

RICOEUR, Paul. *Memória, história, esquecimento*. Trad Alain François et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROSENMEYER, P.A. *Ancient Epistolary Fictions: the letter in Greek Literature*. New York: Cambridge University Press, 2004.

SARAIVA, F.R. Dos Santos. *Novíssimo dicionário Latino-Português*. 12ª edição. Belo Horizonte: Livraria Garnier, 2006.

SILVA, Amós Coelho da; MONTAGNER, Aírto Ceolin. *Dicionário Latino-Português*. Petrópolis: Vozes, 2009.

SIMCOX, G.A. *A History of latin literature from Ennius to Boethius*. Vol. I and II. Toronto: Toronto University Press, 2011.

WOOD, Neal. *Cicero's Social and Political Thought*. Los Angeles: University of California press, 1991.